

An aerial, black and white photograph of a city, likely Porto, Portugal. The image shows a dense urban area with a prominent river winding through it. Several large, multi-lane highways with complex interchanges and roundabouts are visible, cutting through the city and following the river's path. The terrain appears to be hilly, with buildings and greenery scattered across the slopes. The overall scene is a detailed view of urban infrastructure and natural geography.

Francisco Torres Dias

**CAMPANHÃ: UM RIO DE
OPORTUNIDADES**

**Trabalho de Projecto
Mestrado Integrado em Arquitectura**

JULHO, 2019



esap
escola superior
artística do porto

Francisco Torres Dias

CAMPANHÃ: UM RIO DE OPORTUNIDADES

**Trabalho de Projecto
Mestrado Integrado em Arquitectura**

JULHO, 2019



Francisco Torres Dias

CAMPANHÃ: UM RIO DE OPORTUNIDADES

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arquitectura realizado sob a orientação científica do Arquitecto João Carreira

Declaro que este Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Francisco Tomaz Dias

Porto, 19 de julho de 2019.

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

João Jorge Mendes

Porto, 19 de julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

À Catarina, por tudo.

À minha família, pelo apoio.

Ao meu orientador, Professor João Carreira, pelos seus ensinamentos e paciência.

RESUMO

CAMPANHÃ: UM RIO DE OPORTUNIDADES

FRANCISCO TORRES DIAS

PALAVRAS-CHAVE: água, jardim, lúdico, parque.

RESUMO

Este projecto tenta sugerir um novo uso para um território perdido entre vias rodoviárias em Campanhã, na zona mais a Oriente da cidade do Porto.

O que se pretende é, através do rio que atravessa todo o território e a partir da água, propor ligações e atravessamentos de maneira a coser toda esta área dispersa e a uni-la entre si e com a envolvente, proporcionando momentos lúdicos e de fruição num parque que pretende ser gerador de urbanidade.

ÍNDICE

Capítulo I: Introdução	1
I. 1. O tema e a ideia	7
I. 2. Enquadramento geral da problemática	11
I. 3. Objectivos	15
Capítulo II: Área de intervenção.....	19
II. 1. Enquadramento histórico	21
II. 2. Enquadramento geográfico e morfológico	27
II. 3. A área de intervenção: análise e crítica do PDM.....	33
Capítulo III: Referências	39
III. 1. Os espaços verdes urbanos e a sua evolução ao longo dos tempos	41
III. 2. A água	63
III. 3. Casos próximos.....	73
Capítulo IV: Proposta da intervenção	91
IV. 1. Problemáticas e pertinência do trabalho.....	93
IV. 2. Evolução.....	99
IV. 2. Projecto final.....	117
Capítulo V: Conclusões	131
Referências bibliográficas	133
Lista de Figuras	139

LISTA DE ABREVIATURAS

ESAP – Escola Superior Artística do Porto

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

Fig. – Figura

PDM – Plano Director Municipal

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto

VCI – Via de Cintura Interna

WC – Water Closet = instalações sanitárias

"A arquitectura é, assim, congénita com a formação da civilização e um facto permanente, universal e necessário."

Aldo Rossi

I. INTRODUÇÃO

No desenrolar do século XX, a civilização foi-se deparando com um crescimento urbano alucinante, motivado principalmente pela fixação da população vinda de fora das grandes cidades, e nem sempre acompanhado por um planeamento urbano adequado às novas exigências que estas movimentações de pessoas acarretam. Deste modo, a ausência de uma estratégia urbana que limite e/ou regule este crescimento tem tido como consequência uma dispersão no território das cidades, dominado por uma malha preenchida por obstáculos e vazios expectantes.

De facto, as cidades confrontam-se na actualidade com diversos problemas, desde a falta de identidade dos lugares – que passou efectivamente pela destruição do património, quer edificado, quer natural –, passando pela degradação dos centros das cidades, e até problemas sociais, como a pobreza e a violência.

Neste sentido, e tendo em vista a resolução dos problemas acima identificados, parece-nos de grande importância a requalificação destas áreas urbanas.

Nesta, que é a última oportunidade de experimentar com total liberdade o exercício da arquitectura, surge o desejo de fazer algo que até então nunca havia feito. Pela primeira vez, não me foi imposto um programa, não me foram impostos objectivos e nem sequer me foi proposto um tema. Apenas uma área de intervenção, um território. E este foi, para mim, sem sombra de dúvida, o maior impasse enquanto estudante de arquitectura: O que fazer? E porquê? Quais são os limites? É útil? O que é o útil na arquitectura? Todas estas questões, todas estas dúvidas, traduziram-se em momentos de total vazio, onde apenas havia espaço para a incerteza.

O interesse por esta área de intervenção como mote para o trabalho final de projecto do Mestrado Integrado em Arquitectura surge depois de a mesma ter sido proposta como área a estudar por todos os alunos que se propuseram em 2017/2018 a concluir os estudos em Arquitectura nesta Escola, com o intuito de criar uma proposta geral de intervenção para toda a zona mais a Oriente da cidade do Porto, Campanhã, mais especificamente a zona a Nascente da VCI.

Assim sendo, foi-nos sugerida uma área de intervenção em pleno vale de Campanhã, na bacia do Rio Tinto. Uma área esquecida e posta de parte pela cidade do Porto,

uma terra de ninguém, num território marcado por infraestruturas viárias de enorme escala e de implantação aparentemente casuística, o que provocou vários problemas, como zonas devolutas, problemáticas e de difícil acesso. Um território totalmente desfragmentado, quer pelos motivos acima enunciados, quer também pela existência de uma série de muros, de marcação e de suporte, assim como de hortas, que cada um implantou por si só, ao acaso, provavelmente por ser assim mais fácil o acesso à água para o regadio das suas culturas. Mas temos também o caso de algumas construções informais (como garagens e anexos), e até mesmo habitações, sem qualquer tipo de qualidade, quer formal quer de habitabilidade – visível desde logo pela fraca construção, nomeadamente no tipo de materiais e na forma de os aplicar, bem como no que toca à tipologia, dominada por espaços de dimensões muito reduzidas e com condições de salubridade diminutas, onde muitas vezes é evidente a sobrelocação destes espaços. Isto, visto que, infelizmente, é uma zona habitada maioritariamente por pessoas cujos rendimentos não são suficientes para sequer habitarem condignamente, com condições, nas suas casas.

Contudo, nos últimos dois anos, tem-se verificado que este território é de certo modo uma área expectante, com a demonstração de um maior interesse da Câmara Municipal do Porto em reabilitar e dar uma nova vida condigna a todo este território e a quem lá vive, mas também conseguindo trazer os “de fora” (entenda-se, a população que vive na zona mais Ocidental do Porto) para esta zona.

Assim sendo, a intervenção a realizar nesta área é uma intervenção que, pelas características do território – quer sociais, quer características topográficas e até de implantação –, se torna por si só complicada e delicada, ao mesmo tempo que se apresenta como um desafio, sendo levantadas inúmeras questões e surgindo imensos caminhos diferentes a seguir. Torna-se então muito difícil optar por um que achemos que se enquadra melhor em todas estas problemáticas.

Na proposta que se segue, pretende-se sugerir novos usos do território, neste caso um parque, pelo que foi fundamental estudar uma série de outros casos em que os parques urbanos foram efectivamente o motor da regeneração urbana de uma cidade, como por exemplo o caso do Parc de La Villette e do Parc André Citroën, ambos em Paris. Temos também o caso da margem do rio Mondego, em Coimbra, um projecto que nos mereceu alguma atenção pelos seus objectivos, que foram eventualmente atingidos. Ou seja, ligar a cidade com o rio, criando espaços lúdicos, algo que seria interessante também na zona de Campanhã, e que me proponho tentar fazer, embora tendo em conta todas as limitações existentes.

Para tudo isto, será necessário recorrer à leitura e consequente análise de uma série de autores, tanto através de livros, como da internet, cujo contributo é de crucial importância, quando não a utilizamos exclusivamente para recolher informação concreta sobre determinado tema, mas sim quando é utilizada em conjugação com os nossos conhecimentos. Isto porque, para navegar na internet, é preciso haver uma capacidade de questionar e filtrar a informação que nos é apresentada, com a certeza de que, se não houver contexto e conhecimento da nossa parte na área que procuramos, certamente iremos acabar por confundir assuntos e conceitos.

1. O TEMA E A IDEIA

A intervenção em Campanhã surge da decisão conjunta da Direcção de Curso e dos orientadores dos trabalhos finais de projecto do Mestrado Integrado em Arquitectura da ESAP.

O que nos foi sugerido foi a apresentação de uma proposta geral de intervenção para toda a zona mais a Oriente da cidade do Porto, na freguesia de Campanhã, mais especificamente na zona a Nascente da VCI. Esta área, conhecida como Vale de Campanhã, compreende os terrenos do antigo Bairro do Monte da Bela e as zonas de Bonjónia, Pêgo Negro, Lagarteiro, Azevedo e Neiral, estas últimas onde existe hoje o Parque Oriental da Cidade do Porto.

Assim, pretendia-se criar uma estratégia de reabilitação da zona mais oriental da cidade do Porto, área até hoje muitas vezes esquecida, quer no meio académico quer no meio político, bem como na sociedade portuense em geral.

Após as sessões de discussão conjunta acerca da estratégia de intervenção para o imenso território que nos havia sido destinado, entendeu-se que seria necessário criar zonas de habitação, serviços e espaços de fruição, através dos quais se conseguisse dinamizar a área de intervenção, uma vez que é actualmente uma área degradada, descaracterizada e desfragmentada.

De facto, esta área em particular, e a freguesia de Campanhã em geral, estão alheadas da realidade da cidade, quer seja por terem, até há poucos anos, acolhido alguma da indústria da cidade, quer seja por serem maioritariamente – e infelizmente – utilizadas como um repositório social, nomeadamente no Bairro do Lagarteiro e no Bairro do Cerco, uma vez que as consecutivas intenções e acções políticas têm enviado as pessoas mais carenciadas e que necessitam de habitação social para estes bairros. Na verdade, “o alojamento é, desde o século XIX, quando se acentuou a pressão demográfica em consequência da industrialização, um dos principais problemas da cidade e, em especial, das famílias de baixos rendimentos que têm que sujeitar-se a situações de insalubridade e grande desconforto ou a realojamentos em bairros sociais periféricos”¹.

¹ SOUSA, Virgínia; PIMENTA, Manuel (2001) – *Urban do Vale de Campanhã – Relatório Final*. Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, p. 14



Figura 1 – Planta esquemática com intenção geral

Embora a ideia inicial fosse a elaboração de uma proposta conjunta, em que todos os trabalhos se complementariam, com o intuito de obter uma estratégia final coerente e que respondesse aos problemas enunciados, apenas alguns alunos acabaram por manter o seu trabalho na área de intervenção proposta. Deste modo, os estudantes que optaram por continuar a trabalhar a partir do território sugerido elaboraram propostas individuais.

Assim, no nosso caso em concreto, optamos por nos focar nos espaços de fruição, o que, devido à natureza do território, entendemos que se encaixaria melhor na zona compreendida entre a Quinta da Revolta, junto ao Rio Douro, caminhando para Norte até à zona do Pêgo Negro, passando pelo Neiral, Azevedo e Lagarteiro.

Desta forma, o caminho que seguimos compreendia a necessidade de coser toda a área de intervenção, ligando-a entre si, bem como a todo o espaço que o circunda, criando ligações e permeabilidades na área de trabalho (fig. 1), visto que se trata de um território desfragmentado e dividido pelas diversas intervenções e apropriações de carácter espontâneo, como muros, hortas e taludes.

Desde cedo compreendemos que havia um elemento que através da nossa intervenção se transformaria num elemento unificador e motor de todo este território: o rio Tinto. O rio funciona como um fio condutor que atravessa todo o parque.

Assim, o rio será o elemento fundamental da intervenção, ao mesmo tempo que é conjugado com a área verde circundante, respondendo à vontade de unir o território e ligá-lo com a área além dos limites do parque. Além disso, introduziremos nas margens do rio uma série de estruturas de pequena escala que vão de encontro às pretensões do nosso tema, criando momentos lúdicos, de fruição, e tornando-se estes, por si só, momentos que nos despertem os sentidos, ao mesmo tempo que pontuam e criam referências ao longo do percurso.

2. ENQUADRAMENTO GERAL DA PROBLEMÁTICA

Como em muitas outras cidades, o processo de organização sócio-espacial na cidade do Porto tem sido dominado maioritariamente pelos mercados. Desta forma, o crescimento urbano tem intensificado as polarizações sociais, remetendo para a periferia um vasto segmento populacional, correspondente à população sem capacidade para responder aos factores especulativos na habitação que se verifica nas zonas menos periféricas da cidade.

A área de intervenção localiza-se numa zona periférica da cidade do Porto. Como nos diz Álvaro Domingues², “um subúrbio (...) implica uma ideia de fragmentação do espaço urbano. A cidade compacta, de limites precisos, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística, dão lugar a formações territoriais urbanas complexas, territorialmente descontínuas e ocupando territórios cada vez mais alargados.” Assim, o subúrbio é o que está além do centro organizado e com os limites definidos. A periferia forma-se a partir de várias decisões isoladas e de escala e perfil funcional muito diversos, determinando assim uma forma urbana deficientemente estruturada.

Em Campanhã encontramos os mais complicados casos sociais da cidade do Porto. Digo-o pela aparente falta de qualidade de vida que se vislumbra naquele lugar, nomeadamente no que toca à habitação. Falamos de casas de reduzida qualidade, quer formal quer de uso, habitadas por pessoas com estatuto sócio-económico de reduzidos rendimentos.

Como afirmam Virgínia de Sousa e Manuel Pimenta³, a concentração de populações de baixo estatuto sócio-económico em zonas urbanas periféricas tem tido impactos sociais muito negativos, criando, por vezes, mais problemas do que aqueles que era suposto resolver, tanto para as famílias envolvidas como para a cidade no seu conjunto.

Estamos perante uma área onde a percentagem de famílias a viver em bairros sociais é muito elevada, o que pode ser visto desde logo como um indicador que sugere uma maior incidência de um determinado tipo de problemas. De facto, “a grande concentração de população carenciada tem efeitos negativos ao nível da produção e

² DOMINGUES, Álvaro (1994-1995) – *Subúrbios e (sub)urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos* in Revista da Faculdade de Letras: Geografia, 10-11, 1994-1995, p. 5

³ SOUSA, Virgínia; PIMENTA, Manuel (2001) – *Urban...*, p. 14



Figura 2 – Vias rodoviárias que atravessam e limitam a zona de intervenção



Figura 3 – Fotografia do local onde são evidentes os problemas referidos

da reprodução de determinados problemas sociais de que é exemplo a pequena criminalidade, associada ao pequeno tráfico e ao consumo de droga”⁴.

Depois de uma cuidada análise à área, percebe-se facilmente que estamos perante graves problemas no que toca ao desenho urbano. Referimo-nos, portanto, às grandes vias, a que habitualmente chamamos de “vias estruturantes”, mas que neste caso são totalmente o oposto. São vias desestruturantes, porque rasgam, numa atitude quase casuística, todo o território. Falamos da VCI, que, pelo seu perfil transversal e pela forma como atravessa a zona de Campanhã, impossibilita qualquer ligação natural entre a cidade e aquela zona. Em seguida surge a Radial de Gondomar, que, pelo seu perfil de enormes dimensões, impossibilita também uma ligação fraterna do território. E, por fim, mas não menos importante, no que toca a perverter o território, temos a Avenida da Cidade de Léon, também ela com um perfil de enormes dimensões, que vem por si só dividir em dois a área destinada a jardim público, o Parque Oriental da Cidade do Porto.

É um espaço marcado pelas construções informais, bem como por construções de baixa qualidade formal e de construção, que no seu conjunto transformam a paisagem e os modos de vida. Toda esta área é também marcada por enormes muros, uns de consolidação, que atravessam grande parte do território, devido ao facto de nos encontrarmos num vale, outros apenas de marcação de áreas de cultivo ou de demarcação dos limites das propriedades de cada um. Estes muros, por vezes, desfragmentam também, por si só, os territórios, criando autênticos enclaves, que não permitem os atravessamentos e fruição do território. O terreno é ainda marcado fortemente pelas hortas, implantadas naturalmente nas zonas mais próximas do rio, provavelmente para que haja uma maior qualidade das terras devido à humidade e temperatura mais regular do terreno, assim como para facilitar e possibilitar o regadio das plantações.

Apesar de tudo isto, esta zona de Campanhã é agora considerada expectante, passível de uma série de novas intervenções.

⁴ *Ibidem*

3. OBJECTIVOS

Com a intervenção que sugerimos para esta área, pretendemos estabelecer uma série de relações da área envolvente ao que definimos como parque, através de atravessamentos, percursos, momentos lúdicos, de observação, fruição, descanso, com o intuito de aproximar toda esta área, principalmente com os conceitos e modos anteriormente enunciados, de modo a esbater algumas das diferenças existentes entre a parte mais Ocidental da cidade e a parte mais a Oriente, onde nos propomos intervir. Com esta intervenção, o principal objectivo é requalificar aquele território, colmatando alguns dos problemas existentes, tentando integrar a zona oriental no restante tecido urbano.

Ou seja, o projecto pretende criar urbanidade, ligando também este fragmento periférico da cidade com a cidade, atenuando os cortes provocados pelas vias de grande dimensão que rasgam o território, ao mesmo tempo que se pretende criar novas realidades e oportunidades para quem ali habita, quer nas habitações unifamiliares, quer nas habitações colectivas, como é o caso do Bairro do Lagarteiro e do Bairro do Cerco.

Pretende-se que todos os espaços de atravessamento e percurso sejam marcados por inúmeros momentos que nos remetam a um tema: o lúdico. Quer através de alargamento das margens do rio, quer através de novos muros e percursos que nos guiem, passando por uma torre que é um mirante, até outras intervenções que nos ligam com o elemento água.

A ideia é que a sociedade sequestrada pelo dia-a-dia repleto de betão e alcatrão possa aqui, numa vertente literalmente mais pura, cruzar-se com a natureza, com elementos tão ricos e cheios de potencialidades como a água e a vegetação.

Tudo isto para cumprir com aquilo que consideramos ser a função social de um parque: proporcionar espaços lúdicos – de lazer, fruição, descanso e recreação – com o intuito de contribuir para o bem-estar da população. E, no limite, numa perspectiva pedagógica, o parque, verde e com um curso de água, estimula o contacto da população com a biodiversidade, ou seja, com a natureza, quer seja com as diferentes árvores e arbustos, quer com os seres vivos presentes nas águas.

O parque é “um conjunto em que domina a árvore com um sentido próximo da mata, de superfície mais ou menos extensa que deve levar a paisagem exterior até ao

centro da cidade e dar ao homem o contacto com a natureza que lhe falta na vida quotidiana”⁵.

Contudo, pretende-se com esta intervenção que o parque não seja apenas utilizado pelos habitantes das áreas que o circundam, mas sim que permita que toda a população portuense possa usufruir dele.

⁵ CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, G.R. (2005) – *A Árvore em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim

II. ÁREA DE INTERVENÇÃO

O Porto, cidade com um vasto património arquitectónico e paisagístico, foi assistindo ao crescimento descontrolado da malha urbana, sem obedecer a um planeamento cuidado que tivesse em conta as diversas vertentes de uma cidade sustentável. Trata-se de uma ocupação casuística e contínua dos espaços livres que procura unicamente uma vantagem imediata, levando à descaracterização de inúmeros espaços de significativa importância.

Portanto, à expansão urbana não correspondeu, quantitativa ou qualitativamente, o necessário crescimento de áreas verdes, sobretudo próximo das zonas residenciais, nem de outros espaços lúdicos e de lazer que proporcionem momentos de prazer e qualidade de vida às pessoas.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Como nos dizia James Hutton, “o presente é a chave do passado”. Aquilo que observamos actualmente é um reflexo da história, e esta não deve nunca ser desconsiderada na concepção de algo novo.

Como nos conta Hélder Pacheco⁶, o Vale de Campanhã, situado numa zona extremamente fértil e bem provida de recursos hídricos, reuniu, desde sempre, condições favoráveis à fixação de pessoas. O povoamento desta zona terá começado durante o Paleolítico ou o mais tardar na Idade do Ferro.

A presença romana, por sua vez, fez-se notar de uma forma bastante mais expressiva, como atesta a permanência do próprio nome Campanhã, um topónimo latino que derivará de *Campanius*, o fundador da *Villa Campaniana*. Esta unidade territorial, dominada pelos rios Tinto e Torto, e que corresponde, grosso modo, aos limites do actual Vale de Campanhã, representa o núcleo inicial a partir do qual se expandiu o povoamento de toda esta área.

A cristianização que ocorreu ao longo da Idade Média fez com que ao antigo topónimo se viesse a acrescentar o nome de um dos seus padroeiros, Santa Maria, passando a ter, a partir do século XI, a designação de Santa Maria de Campanhã. Toda esta área, que pertencia a uma família nobre, incluía os territórios que actualmente correspondem a Campanhã e a uma pequena parte das freguesias de Rio Tinto e Valbom.

O autor conta-nos ainda que, no início do século XII, e a partir da doação do burgo do Porto ao Bispo D. Hugo conferida por D. Teresa, introduziram-se mudanças fundamentais neste território. Enquanto uma parte importante do antigo domínio da *villa* é integrada na área coutada, passando a constituir o limite oriental do referido couto e usufruindo, por isso, de todos os privilégios e honras aí consagrados, a outra parte permanece propriedade do rei. Os limites do couto do Porto confinavam ainda, por outro lado, com as demarcações territoriais dos coutos de Rio Tinto e de Gondomar. A estes últimos pertenciam alguns dos lugares que, mais tarde, irão integrar o território do Vale de Campanhã, como é o caso de Pêgo Negro e de Tirares.

No período correspondente ao Antigo Regime (entre os séculos XVI e XVIII), não se assistiu a mudanças significativas. Estávamos perante uma área profundamente rural, dividida entre numerosos casais, herdades, vinhas, matos, bouças, e onde

⁶ PACHECO, Hélder (1999) – *O Vale de Campanhã na Memória da Gente*. Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, p. 25

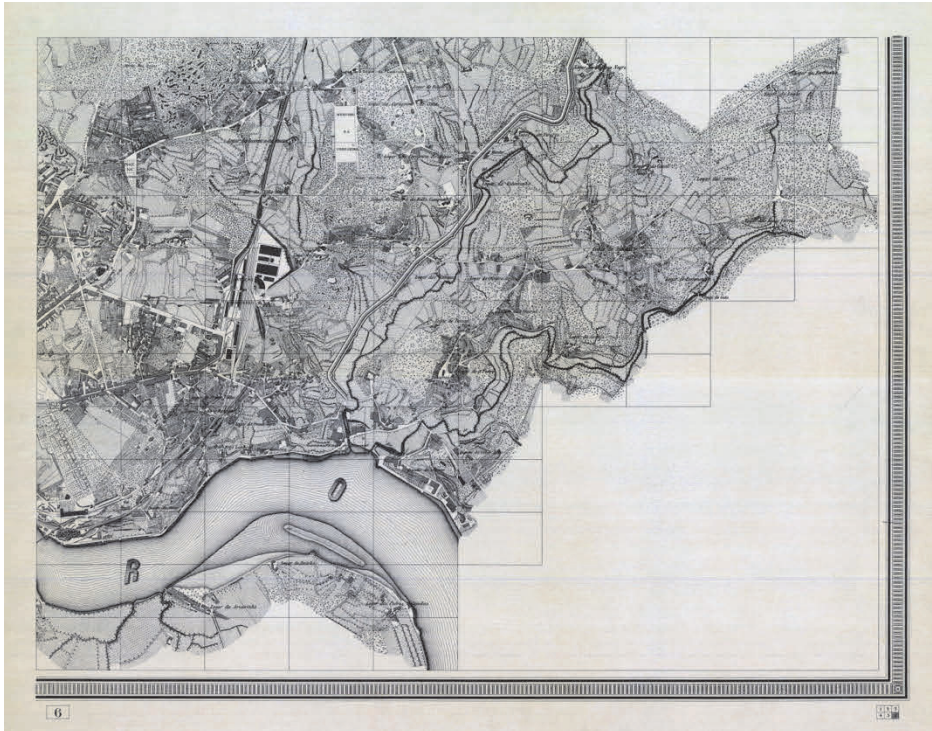


Figura 4 – Folha 6 da planta da cidade do Porto levantada por Teles Ferreira



Figura 5 – Vista aérea da Quinta da Revolta



Figura 6 – Quinta da Revolta

existia um grande número de azenhas. Na verdade, o Vale representava, à altura, uma importante reserva agrícola para a cidade, essencial para o abastecimento do burgo⁷. Até às primeiras décadas do século XIX, a população do vale de Campanhã encontrava-se dispersa por casais e pequenas aldeias de características rurais, com identidade e hábitos próprios. Lado a lado, coexistiam luxuosas casas apalaçadas pertencentes à alta burguesia e modestas habitações de trabalhadores agrícolas⁸.

Um exemplo destas quintas de veraneio é a Quinta da Revolta, localizada perto da foz do Rio Tinto, a qual é, no nosso entender, um dos elementos responsáveis pela conservação do meio rural ainda existente na zona, que, por de alguma forma estar ligado à quinta, se foi mantendo ao longo dos tempos.

A Quinta da Revolta confronta a norte com as Cavadas (propriedade que já em 1851 pertencia aos Senhores da Revolta), a nascente com a Calçada de S. Pedro, a sul com a Rua do Freixo e a poente com o Rio Tinto. O palacete, ocupando uma área que se desenvolve, grosso modo, em L, é o resultado de diferentes épocas de construção e de diversos restauros e acrescentos. O grande espaço murado da quinta conserva três entradas: a primeira à face da Rua do Freixo, com um portão de ferro; a segunda, subindo a Calçada de S. Pedro, que dá para o átrio da capela; e a terceira, constituída por um portão que dá para o pátio interior da casa senhorial⁹.

Hélder Pacheco afirma ainda que o começo do século XIX marca o início do crescimento industrial e urbano desta zona, assistindo-se então à instalação de um número significativo de fábricas, em especial ao longo das vias de ligação com a cidade. Por outro lado, esta rápida expansão da população operária abarca o aparecimento de numerosas “ilhas” e outras casas de reduzida qualidade¹⁰.

Surgem assim aqui, em grande número, as “ilhas”, a forma de alojamento popular mais vulgarizada em toda a cidade do Porto até meados do século XX¹¹. Estas “ilhas”, formadas por um grande número de pequenas habitações construídas nas traseiras das casas burguesas, geralmente de um só piso e cujo acesso se fazia a partir de

⁷ *Ibidem*

⁸ AMARAL, Rui Manuel; RIBEIRO, Susana (2009) – *Roteiro do Vale de Campanhã*. Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, p. 41

⁹ MEIRELES, Miguel Ferreira; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira (1991) – *Campanhã: estudos monográficos*. Porto: Junta de Freguesia de Campanhã, p. 265

¹⁰ PACHECO, Hélder (1999) – *O Vale...*, p. 26

¹¹ AMARAL, Rui Manuel; RIBEIRO, Susana (2009) – *Roteiro...*, p. 41

ruas estreitas, concentravam-se especialmente nas zonas mais industrializadas do vale, o que levantava sérios problemas de insalubridade¹².

O aumento do ritmo de crescimento demográfico, o dinamismo da indústria e a expansão das infraestruturas de circulação geraram assim profundas transformações nas condições de habitação.

A partir de 1956, iniciou-se a construção de bairros sociais, que compreenderam, numa primeira fase, casas unifamiliares, e, mais tarde, blocos residenciais, tornando os bairros municipais uma das marcas mais visíveis do parque habitacional do vale, sendo exemplo destes o Bairro do Cerco e o Bairro do Lagarteiro.

¹² *Área de Reabilitação Urbana Campanhã - Estação - Projecto de Delimitação* (2015), disponível em [https://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/Campanhã%20-%20ARU Camapanhã Estação%20\(projeto delimitação\).pdf](https://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/Campanhã%20-%20ARU%20Camapanhã%20Estação%20(projeto%20delimitação).pdf)



Figura 7 – Identificação do rio na área de intervenção

2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E MORFOLÓGICO

A área de intervenção localiza-se no Porto, mais concretamente em Campanhã, a freguesia mais a Oriente da cidade – e, desta forma, um dos seus limites – confrontando assim a Sul com o Rio Douro e a Nascente com a cidade de Gondomar.

Trata-se de um vale – o Vale de Campanhã. A área de intervenção situa-se na bacia do Rio Tinto, pelo que o rio atravessa toda a área que me proponho abordar.

O rio Tinto, que desagua na margem direita do rio Douro, é um rio com extensão e caudal bastante modestos, estando todo o seu curso dentro da Área Metropolitana do Porto. O rio Tinto nasce em Ermesinde, no concelho de Valongo, percorrendo nesta freguesia cerca de 3,3 km, depois segue para a freguesia de Rio Tinto, no concelho de Gondomar, onde percorre cerca de 5,4 km, e, por último, entra na freguesia de Campanhã, no concelho do Porto, onde percorre cerca de 3 km antes de desaguar no rio Douro no lugar do Freixo. O comprimento total do rio Tinto é de aproximadamente 11,7 km¹³.

A geografia local desempenha um papel central na compreensão deste território, sendo a área de Campanhã, no geral, marcada por uma acentuada diversidade orográfica. Tal diversidade, se por um lado contribuiu para reforçar uma fragmentação induzida pela construção de infraestruturas e actividades, por outro oferece potencialidades únicas do ponto de vista da valorização dos atributos paisagísticos e de qualidade ambiental de toda a zona¹⁴.

Topograficamente, o território a intervir caracteriza-se por declives geralmente pouco acentuados, que variam, porém, entre os 6 e os 40 metros de altitude. Em termos orográficos, estamos perante um vale cujo relevo é muitas vezes resolvido através de socalcos e muros de suporte.

A acção erosiva das águas foi modelando desde sempre este território, destacando-se, na actualidade, as duas linhas de água: os rios Tinto e Torto, que, ao esculpirem e alargarem os seus vales, alteraram fortemente a paisagem¹⁵.

¹³ Rede de Parques Metropolitanos da Área Metropolitana do Porto – Relatório Final (2009), disponível em <http://rios.amp.pt/sitios-amp/static/public/rios/SistemasEstruturantes-FEBROS.pdf>

¹⁴ Área de Reabilitação Urbana Campanhã - Estação – Projecto de Delimitação (2015)

¹⁵ MEIRELES, Miguel Ferreira; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira (1991) – *Campanhã...*, p. 159



Figura 8 – Delimitação de corredor de ocupação entre o Freixo e o Bairro do Lagarteiro

A proximidade do Rio Douro permitiu que, ao longo do tempo, dada a reduzida altitude, se fixasse e desenvolvesse uma povoação em larga medida relacionada com a pesca.

A existência de desníveis no terreno permitiu ainda a prática de agricultura em pequenos vales, num esforço para vencer as condicionantes naturais do terreno. Mais tarde, o crescimento industrial e urbano vai marginalizar esta actividade, passando a mesma a ter uma função complementar. Mais recentemente, pode mesmo considerar-se residual, destinada sobretudo ao auto-consumo, praticada em pequenos quintais ou em raros campos nos vales dos rios¹⁶.

As estruturas e formas urbanas existentes actualmente na freguesia de Campanhã são ilustrativas de diferentes períodos da expansão da cidade, que foi agregando pequenos aglomerados rurais ocupados originalmente, bem como quintas de exploração agrícola com alguma escala, mas que conheceu as principais transformações a partir de meados do séc. XIX, com a chegada do caminho-de-ferro, o processo de industrialização da cidade e a fixação de fluxos importantes de trabalhadores das indústrias, provenientes dos territórios limítrofes ou mais afastados na região.

Na cidade oriental os processos mais ou menos intensos de expansão e de crise deixaram no território marcas de desconexão, de incoerência, de ruptura ou de desestruturação. Contudo, também neste caso, não se fazem sentir de forma homogénea por toda a sua extensão, acentuando os contornos negativos sobretudo nas faixas de território a nascente, onde os processos de consolidação das malhas urbanas nunca foram conseguidos¹⁷.

Posto isto, podemos identificar, na zona do vale do rio Tinto que nos propomos abordar, duas grandes áreas:

- a primeira, ocupada por núcleos rurais eventualmente consolidados que, no geral, não perderam o seu padrão de organização, embora mais orgânico, apesar de ser clara a existência de uma expansão que forma um corredor contínuo de ocupação entre o Freixo e o Bairro do Lagarteiro, com uma malha pouco densa, contudo – e também por isso – com um grande potencial de qualificação, pela sua relação com a envolvente próxima de carácter natural e rural (fig. 8);

¹⁶ *Idem*, p. 166

¹⁷ *Masterplan Estratégico da Zona Oriental do Porto. Relatório Final – Versão Preliminar (2019)*, disponível em www.cm-porto.pt/assets/misc/documentos/MPE%20Porto%20Oriental_RF%20preliminar.pdf



Figura 9 – Delimitação da área de intervenção

- a segunda, correspondente ao território em que efectivamente pretendemos intervir, que preserva o ecossistema fluvial original e tem uma ocupação do solo predominantemente agrícola e florestal, mas ainda assim com níveis de intrusão significativos, decorrentes de ocupações desordenadas, nomeadamente para a instalação de pequenas indústrias, pequenos anexos e mesmo habitação implantada isoladamente¹⁸ (fig. 9).

¹⁸ *Idem*

3. A ÁREA DE INTERVENÇÃO: ANÁLISE E CRÍTICA DO PDM

Os princípios estruturantes de uma cidade podem resumir-se em três sistemas: o sistema viário, o sistema dos espaços colectivos e o sistema ecológico.

O sistema viário é o elemento estruturante e articulador do espaço urbano e territorial. Tendo uma importante função de organização e configuração da estrutura de uma zona urbana, é também essencial para a organização dos diferentes tipos de transporte e para sustentar as infra-estruturas que garantem a distribuição e gestão de recursos, energias e informações fundamentais para o funcionamento da cidade.

O sistema dos espaços colectivos integra os espaços e equipamentos de uso público de maior importância para produzir “efeitos urbanos” ou “urbanidade”, e essenciais para a colectividade.

O sistema ecológico de uma cidade é um dos seus elementos mais importantes, devido ao seu papel no que diz respeito ao equilíbrio urbano, proporcionando benefícios não só ambientais mas também sociais e económicos, e contribuindo para a definição da paisagem global e para a sua sustentabilidade.

O PDM abrange a totalidade do território do município e estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial e a política municipal de ordenamento do território. Define o modelo de organização municipal do território, determinando no espaço os usos e actividades através da definição de classes e categorias, identificando as redes urbanas, viária, de transportes e de equipamentos, os sistemas de telecomunicações, de captação, tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos.

O PDM do Porto, actualmente em vigor, integra como um dos seus objectivos estratégicos a redução das assimetrias urbanas existentes, perspectivando a necessidade de desenvolver esforços em domínios como a equidade da localização dos investimentos públicos e o reforço da coesão social e territorial através da valorização de territórios problemáticos.

Embora com forte incidência nos bairros sociais, o objectivo não deixa de equacionar várias outras dimensões da coesão sócio-territorial, em particular as que remetem para a existência de profundos desequilíbrios de desenvolvimento urbano à escala da cidade e para a prevalência de situações de degradação física e social em territórios específicos¹⁹.

¹⁹ *Área de Reabilitação Urbana Campanhã - Estação – Projecto de Delimitação* (2015)



Figura 10 – Identificação (a azul) da via proposta no PDM

Em relação a Campanhã – área que nos propomos abordar – e de acordo com o projecto de delimitação da área de reabilitação desta zona, existe atualmente um entendimento cada vez mais alargado de que o conceito de reabilitação urbana deve ser adoptado numa perspetiva abrangente, que vá para além das intervenções nos centros históricos e nas áreas mais centrais das cidades, e se alargue a outros espaços consolidados em que se verifique a necessidade de se desenvolverem estratégias integradas de requalificação e revitalização do tecido urbano.

A este território reconhecem-se facilmente uma série de vantagens e de oportunidades face àquelas que são, hoje em dia, as condições desejáveis para um desenvolvimento urbano sustentável, designadamente, condições mais favoráveis de conectividade interna e externa, valores patrimoniais e simbólicos capazes de projectar uma nova identidade local, recursos ambientais e paisagísticos, grandes unidades industriais desactivadas das quais se possa tirar partido, e vazios urbanos com potencial de instalação de novas funções e actividades, volume significativo de edificado com interesse para reabilitar²⁰.

Quando se fala de reabilitação urbana deve falar-se, então, obrigatoriamente, na criação de estratégias de requalificação e revitalização do tecido urbano. Quando falamos de tecido urbano não devemos limitar-nos a pensar apenas nas grandes centralidades, nos centros históricos. Devemos sim pensar na cidade como um todo indissociável, onde a “periferia” passa a fazer parte da cidade e onde os limites do centro facilmente se possam confundir como a envolvente.

No nosso entendimento, no Porto essa ideia de cidade como um todo está bem presente em todo o território, à excepção de Campanhã, nomeadamente a parte a nascente da linha de comboio. A partir daqui perdemos toda a densidade e interligações existentes na cidade, a partir desta linha dá-se uma fragmentação da cidade, fenómeno que não ocorre no resto da cidade, mesmo onde a cidade é rasgada pela VCI. Além deste primeiro rasgo proporcionado pela linha de comboio, tivemos depois, em finais do século XIX, a construção da Estrada da Circunvalação, oficialmente conhecida como Estrada Nacional 12.

Apesar da existência destas vias, que são duas vias estruturantes de toda a cidade e, no limite, de toda a área metropolitana do Porto, e como podemos comprovar na fig. 10, na estratégia presente no PDM para esta zona está prevista a construção de mais uma via que, ao que tudo indica, terá uma enorme escala. Esta via prevê rasgar todo o território desde a zona do Freixo até à Avenida Cidade de Léon (limite

²⁰ *Idem*

do actual Parque Oriental da Cidade do Porto), passando pelas zonas de Neiral, Azevedo e Lagarteiro.

Por um lado, em regra, a implantação de uma nova via com estas características num território que necessita de uma nova frente de rua é positiva, pois permite criar dois limites distintos: o primeiro, que define o limite daquilo que, segundo o PDM, virá a ser o parque; e o segundo, na margem oposta, que possibilita a implementação de uma frente habitacional que pode também albergar equipamentos e serviços. No entanto, no caso concreto do território que estamos a abordar, e tendo em conta o contexto anteriormente evidenciado da existência de vias de trânsito rápido de enorme dimensão que, no nosso entender, descontextualizaram e desfragmentaram o território, a adição de mais uma via com as mesmas características poderá, por si só mas também em conjugação com as outras, aumentar a segregação deste território que actualmente é já isolado e disperso.

III. REFERÊNCIAS

“É necessário tornar a obra humana solidária com a obra natural. A natureza fornece-nos ensinamentos ilimitados. A vida revela-se nela: a biologia congrega as suas regras. Tudo nela é nascimento, crescimento, desenvolvimento, definhamento. O próprio comportamento dos homens provém de movimentos análogos. A arquitectura e o urbanismo, que são os meios através dos quais os homens fornecem à sua própria vida o seu enquadramento útil, exprimem, no mais alto grau, os valores materiais e morais de uma sociedade.”

Le Corbusier



Figura 11 – Parques do príncipe Pückler



Figura 12 – Parques do príncipe Pückler

1. OS ESPAÇOS VERDES URBANOS E A SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DOS TEMPOS

Os jardins são a tentativa do Homem de alcançar o paraíso. São "(...) locais de repouso e de meditação que, rompendo com o espaço indeterminado ou sobrelotado de marcas por e através de uma história, constroem os seus espaços distintivos longe da cidade. Esta forma, que os romanos levaram à perfeição, encontra-se próxima de uma noção ainda não estabelecida, a de paisagem. Trata-se, de facto, de uma aspiração a uma natureza, de um recolhimento no seio de elementos naturais (...)"²¹.

Os parques urbanos são "espaços livres, de superfície considerável, geralmente não abarcáveis com a vista, constituídos fundamentalmente por áreas ajardinadas, entre as quais se intercalam passeios, caramanchões, áreas de repouso e de recreio, miradouros, lagos, tanques, fontes, estátuas, monumentos comemorativos e construções diversas (pavilhões, estufas, quiosques, pérgulas, etc.)"²².

Segundo E. Lynn Miller, os parques do príncipe Pückler (fig. 11 e 12) foram o grande ponto de viragem na evolução daquilo que actualmente se conhece como o parque urbano. Enquadrando-se inteiramente com a paisagem circundante, o parque foi pioneiro nas novas abordagens da arquitectura à paisagem e influenciou o desenvolvimento da arquitectura na paisagem na Europa e na América. Foi concebido como uma "pintura com plantas", contudo não procurou evocar paisagens clássicas, o paraíso ou uma perfeição perdida, e utilizou plantas locais para realçar as qualidades presentes na paisagem existente. Esta paisagem estende-se até à cidade com imensos planos verdes, formando parques urbanos que enquadram toda aquela área. Pückler tornou-se, desta forma, um paisagista de incomensurável importância na história dos espaços verdes²³.

²¹ CAUQUELIN, Anne (2008) – *A Invenção da Paisagem*. Lisboa: Edições 70, Lda., p. 46

²² FERREIRA, Susana Barros (2007) – *O Programa POLIS e a Componente Ambiental: Três Abordagens de Integração*. Lisboa: Parque Expo 98

²³ MILLER, E. Lynn (2006) – "Parques: Os Génios da Civilização" in *Parques Urbanos e Metropolitanos*. Porto: Câmara Municipal do Porto

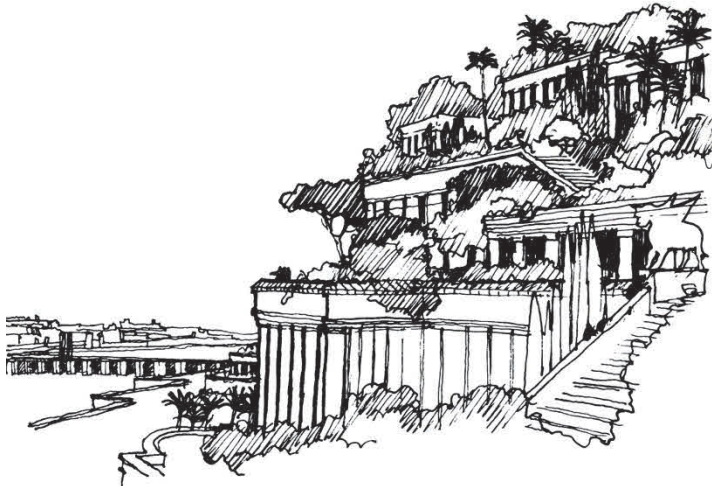


Figura 13 – Jardins Suspensos da Babilónia

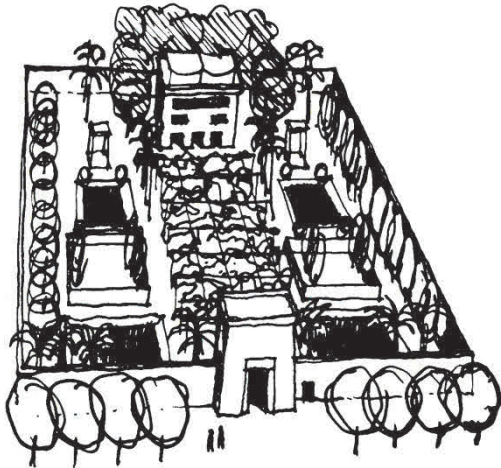


Figura 14 – Casa do Governador de Tebas

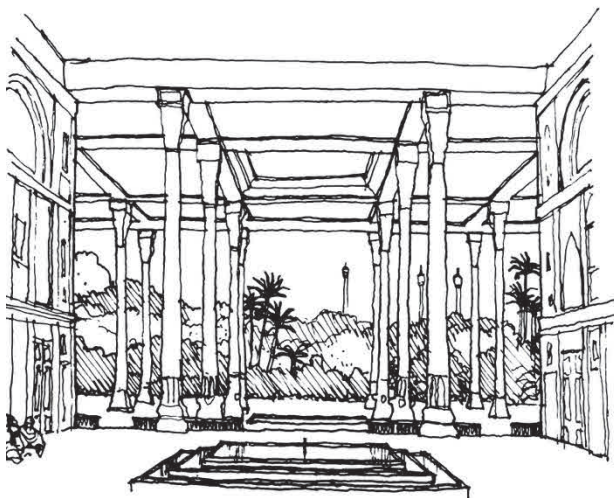


Figura 15 – Jardim Persa

BABILÓNIA, EGÍPTO E PÉRSIA

Nos jardins da Babilónia, Egipto e Pérsia, a forma e a distribuição do jardim eram muito influenciadas pela prática da agricultura, sendo o jardim com uma cerca delimitadora o mais comum. Isto porque, como nos conta Michael Laurie²⁴, na maioria dos casos, os jardins eram como que uma evolução das áreas de cultivo, de modo que as dimensões e o contorno dos jardins correspondiam aos já existentes. Por razões funcionais, foram introduzidos pequenos rasgos e guias para transportar a água, assim como lagoas, não só para irrigação, mas também com o intuito de proporcionar um alívio físico às pessoas nos períodos em que o calor mais se fazia sentir.

As árvores eram plantadas com distanciamentos regulares e de forma a que cada sombra coincidisse com a sombra anterior, de modo a criar como que um percurso que seria sombreado pela sombra projectada pela copa das árvores.

Os Jardins Suspensos da Babilónia (fig. 13), que se desenvolviam por diferentes pisos, possuíam sistemas de irrigação e atingiam uma altura de 90 metros, de onde era possível uma vista panorâmica sobre o vale e o deserto circundante.

De acordo com o autor, outro foco das culturas antigas era o vale do Nilo no Egipto. No período entre 3500 e 500 a.C., os mais ricos construíram no campo as suas casas e palácios, que estavam dotados de jardins, também eles vedados. O jardim do Governador de Tebas (fig. 14) era formado por uma estrutura axial baseada em elementos rectangulares, como canteiros de flores, lagos e tanques. Na sombra, plantavam árvores de fruto e instalavam canais de irrigação e, à volta de todo o jardim, existia um muro que o delimitava²⁵.

Mais tarde, por volta de 500 a.C., os reis da Pérsia criaram jardins de grande exuberância destinados ao divertimento e ao prazer.

O jardim de um palácio persa da época (fig. 15) possuía canais de irrigação, como se de um terreno de cultivo se tratasse. Junto às torres e muros, encontravam-se árvores de fruto e ervas aromáticas que cresciam entre os ribeiros que partiam de uma fonte central na forma dos quatro rios fundamentais, símbolo da cruz ou das quatro ramificações do rio que nasceu no Paraíso²⁶.

²⁴ LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gili, p. 30

²⁵ *Ibidem*

²⁶ *Idem*, p. 32

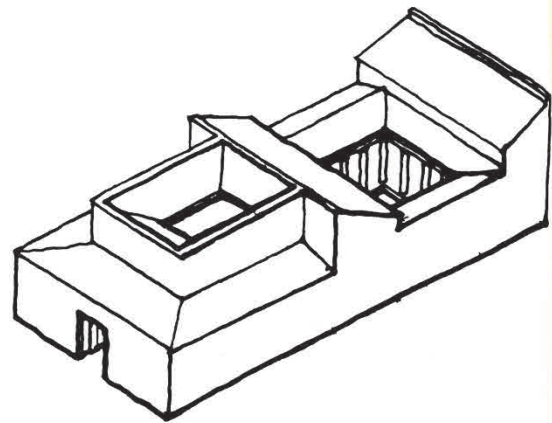
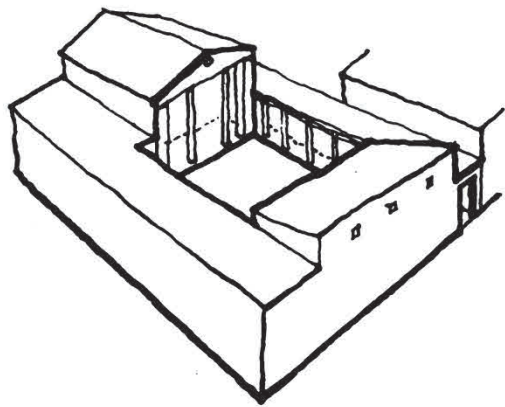


Figura 16 – Casa grega de Priene

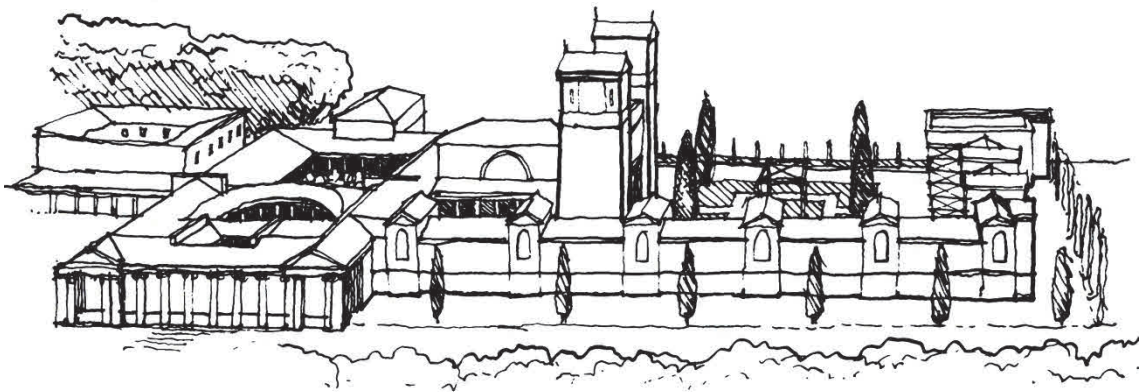


Figura 17 – Villa de Plínio

GRÉCIA E ROMA ANTIGAS

Na Grécia, conforme defendia Platão, recorrendo unicamente a um sistema de proporções geométricas abstractas, e através da matemática, chegava-se à perfeição. Porém, este tipo de paisagens de proporções geométricas não era o mais comum, sendo que existia, nesta matéria, uma concepção mais ampla, não planificada e intuitiva, que viria a alcançar o seu expoente máximo no século V a.C.²⁷.

A paisagem grega era abundante em montanhas, colinas e ilhas, que resistiam ao formalismo. Geralmente, o templo assentava nas colinas ou montanhas circundantes, de onde fora escavado e com as quais estava em total harmonia, havendo uma clara intenção de inserir o edifício com um determinado alinhamento.

Como afirma Michael Laurie, na Grécia Antiga não havia grande interesse pelos jardins; as casas particulares parecem ser modestas, ao contrário dos lugares públicos, como a Ágora, o Partenon, o ginásio, o teatro e as florestas sagradas.

Os palácios estavam abertos à paisagem, não existindo fortificações. A vida tinha um carácter doméstico e existia o "jardim de prazer". Os jardins eram, muitas vezes, pátios ou hortas, ou então estavam confinados a espaços públicos.

As salas de estar das habitações ficavam de frente para um pátio interior, que costumava ser pavimentado e decorado com estátuas e vasos com plantas. Ainda assim, há quem defenda que alguns Palácios do Império Grego, nomeadamente no período referente a Alexandre, o Grande, possuíam jardins luxuosos inspirados nos jardins da Pérsia e do Egipto²⁸.

No Império Romano, os romanos, insatisfeitos com as limitações estruturais inerentes à coluna e ao lintel, desenvolveram o arco e, com o surgimento do *opus caementicium*, foram capazes de aumentar o leque de formas utilizadas nos seus edifícios.

A casa romana partia do modelo grego: era construída ao nível da rua, com os quartos voltados para dentro, comunicados por uma série de colunas (peristilo) e abertos para um átrio ou praça interna. Os jardins eram, na sua essência, como que

²⁷ JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan (1995) – *El Paisaje del Hombre: La conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días*. Barcelona: Gustavo Gili, p. 117

²⁸ LAURIE, Michael (1983) – *Introducción...*, p. 35-36

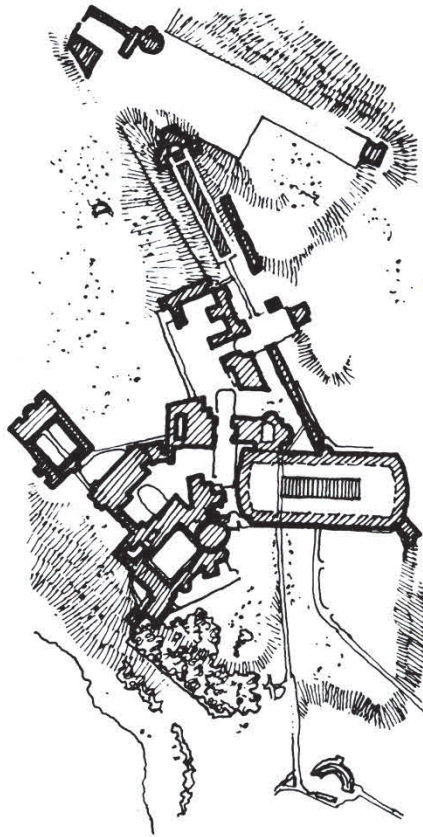


Figura 18 – Villa de Adriano



Figura 19 – Villa de Adriano



Figura 20 – Mosteiro medieval

santuários e eram utilizados como defesa do sol, do vento, da poeira e do ruído das ruas; a sombra projetada pela cobertura dos alpendres reduzia a necessidade da plantação de árvores; as plantas, se as houvesse, eram colocadas em vasos ou canteiros elevados; e os pátios eram embelezados com lagoas de pedra para água, mesas de mármore e estatuetas²⁹.

Os jardins eram uma extensão da arquitectura, e a sua importância foi sempre crescente, levando até a que Roma se tornasse uma cidade de parques que se estendiam ao largo do Rio Tibre³⁰.

Um dos exemplos que entendemos ser de particular interesse é a Villa de Adriano, em Tivoli, Roma (fig. 18 e 19). Este conjunto de enormes dimensões erigido entre os anos de 117 e 118 é constituído por uma série de edifícios, pátios e jardins, interligados por imensos caminhos ladeados de árvores, bosques e planos relvados com uma grande extensão.

EUROPA MEDIEVAL

A Idade Média compreende, na Europa, o período entre a desintegração do Império Romano do Ocidente, em meados do século V, e o surgimento da Europa Moderna, que acontece em meados do século XV.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, assistimos a um período a que chamamos "A Idade das Trevas", e que se traduziu num período marcado por intensas guerras, tumultos e pragas³¹.

Dentro das cidades e vilas, que eram densamente fortificadas, não havia espaço para jardins, e qualquer espaço útil recebia automaticamente uma função, como, por exemplo, o cultivo de alimentos, visto que o facto de estarem cercadas por muralhas impedia um crescimento além dessas fronteiras³².

²⁹ *Idem*, p. 36-37

³⁰ JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan (1995) – *El Paisage...*, p. 129

³¹ LAURIE, Michael (1983) – *Introducción...*, p. 38

³² *Ibidem*

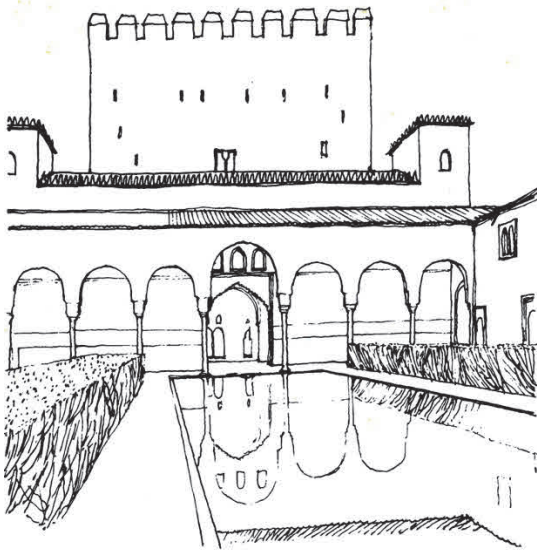


Figura 21 – Allambra

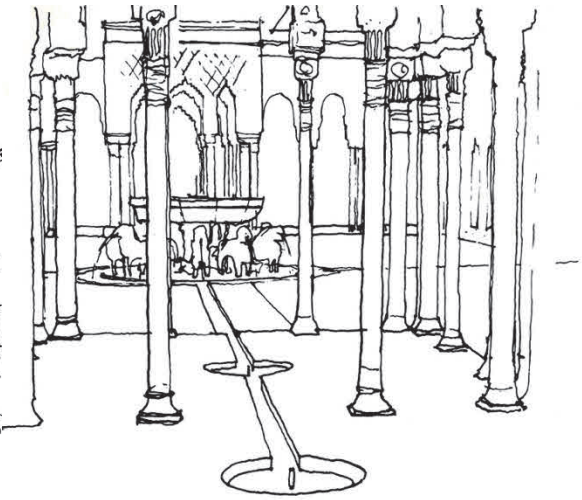


Figura 22 – Pátio dos Leões



Figura 23 – Allambra

Assim, as artes do paisagismo à época foram mais intuitivas do que produto de um desenho consciente, sendo a sua simbologia (como é o caso, por exemplo, da imagem da cruz) de relevante importância para o Homem contemporâneo³³.

Na Europa da Idade Média, o progresso consistiu numa contínua evolução de um estilo para outro.

No final deste período, quando os conflitos começaram a ser menos frequentes e o comércio e riqueza aumentaram, os jardins começaram a aparecer em castelos medievais e as casas de campo tornaram-se maiores e mais elaboradas, seguindo critérios que combinavam utilidade, prazer e fruição. Os elementos desses jardins eram essencialmente árvores de fruto, relvados, fontes, canteiros de flores, coberturas em madeira, pérgulas e até lagos com peixes.

Algumas canções e manuscritos descrevem os jardins medievais como uma imagem idílica da natureza. A relva é sempre intensamente verde, e pontuada com flores silvestres, das nascentes jorra água cristalina. Não há poluição, o céu não tem nuvens e a sua cor é azul. O jardim é, então, uma fonte de prazer³⁴.

ESPAÑA

No que concerne a Espanha, a ideia islâmica do jardim, originária do Médio Oriente, passou de civilização em civilização, até que finalmente os árabes a levaram para o norte de África, tendo sido previsivelmente aí que foi introduzida em Espanha, onde existia já a influência do átrio de origem romana. O Allambra de Granada é a referência mais antiga daquilo que podemos considerar como o jardim espanhol.

Uma comparação entre o paraíso persa e o pátio dos Leões de Granada mostra as semelhanças que apresentam na arquitectura, no desenho dos pátios e no uso da água, que tem um significado simbólico e uma função como agente de refrigeração.

O Allambra de Granada é um palácio fortificado que foi construído numa colina, em diferentes períodos sucessivos, sensivelmente entre 1350 e 1500. Por esse motivo, o conjunto de pátios fechados que o compõem carece de uma organização que os una: a forma é uma resposta às condições meteorológicas; o interior é sombreado,

³³ JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan (1995) – *El Paisage...*, p. 139

³⁴ LAURIE, Michael (1983) – *Introducción...*, p. 41

fresco e protegido por paredes grossas; as janelas que se abrem permitem vislumbrar o exterior, ao mesmo tempo que asseguram a passagem para o interior das brisas de ar refrescantes; as diferentes salas têm tanques de água que servem também para assegurar a refrigeração; a água corre não só através dos espaços exteriores, mas também através do interior do edifício, suavizando as temperaturas e produzindo o som da água em movimento³⁵.

ITÁLIA NO RENASCIMENTO

À medida que a Idade Média progredia da barbárie para um sistema político ordenado baseado no comércio, assistiu-se a uma série de transformações culturais, económicas, sociais, políticas e religiosas. A aristocracia, também ela responsável por essas conquistas, tornava-se cada vez mais exigente e culta.

As circunstâncias tornaram todas essas mudanças possíveis, desde logo na Itália de meados do século XV, uma vez que reis, príncipes e mercadores das cidades-estado italianas seguiam o exemplo do Império Romano, a partir do qual se inspiraram e traçaram algumas linhas orientadoras.

Surgia então o Renascimento, um período iluminado e de grandes feitos, tanto na arquitectura como na arte, na música e também na ciência³⁶.

No Renascimento, passou a examinar-se com uma atenção renovada as ruínas da Roma clássica, que, inicialmente, inspirou a forma arquitectónica de todos os tipos de edifícios. A maior preocupação residia em redescobrir os segredos da proporção matemática.

Neste período, Leon Battista Alberti sugeria, na sua teoria, que o jardim deveria estar intimamente ligado à casa por meio de galerias. Propunha-se o uso de terraços e escadas para vencer os desníveis e irregularidades do terreno e a existência de um eixo que deveria servir de elo entre todos os elementos e espaços do projeto.

O jardim fazia-se para o Homem e dignificava o Homem.

Segundo Geoffrey e Susan Jellicoe, muitas vezes, era escolhido como local para a construção a encosta de uma colina, devido ao enquadramento visual e também ao

³⁵ LAURIE, Michael (1983) – *Introducción...*, p. 32-33

³⁶ *Idem*, p. 41

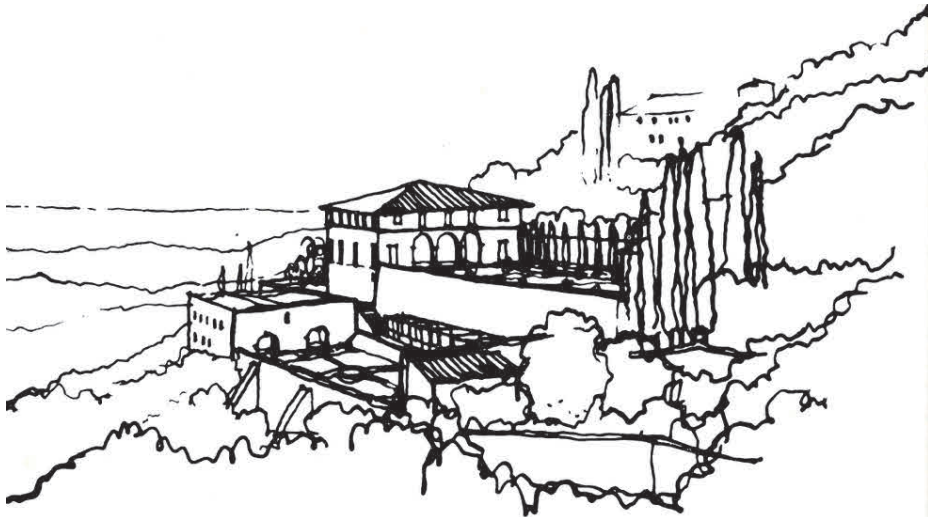


Figura 24 – Villa Médici

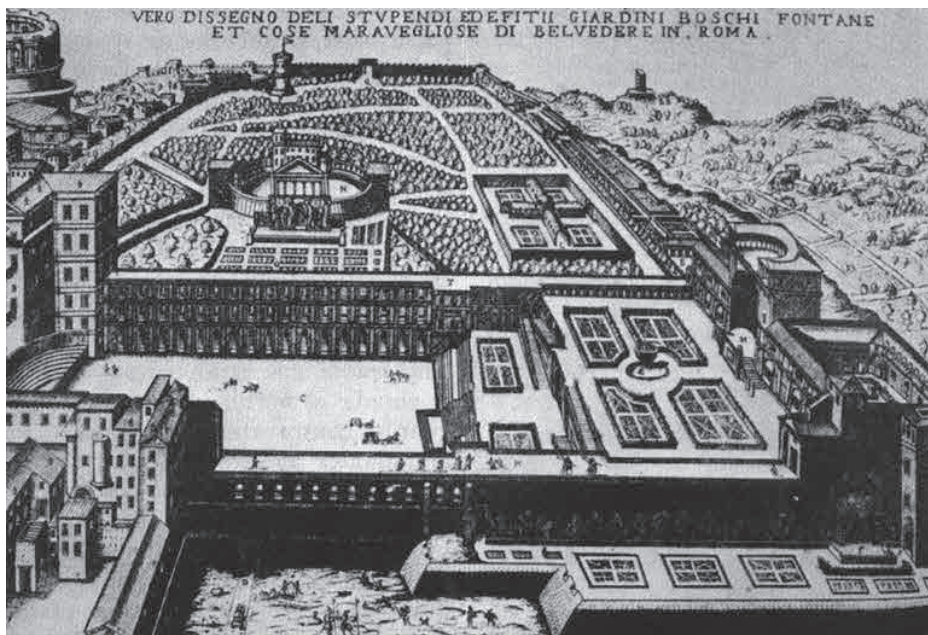


Figura 25 – Jardim Belvedere

clima. Os terraços descendentes eram escavados no terreno e privilegiavam-se as formas mais alongadas, por serem as mais agradáveis e permitirem uma caminhada contemplativa.

Os elementos utilizados eram sobretudo plantas perenes, rochas e água, isto é, materiais permanentes, por oposição aos efémeros utilizados no Egipto³⁷.

Os jardins do Renascimento eram concebidos como retiros intelectuais, onde os estudiosos e artistas podiam trabalhar, discutir e experimentar as suas ideias, ao mesmo tempo que se afastavam do calor e confusão das cidades.

Um desses exemplos é a Villa Médici (fig. 24), projectada por Michelozzo di Bartolommeo para Cosme de Médici e concluída em 1450.

A Villa Médici fica localizada numa colina na periferia de Florença e foi ajustada à topografia do terreno recorrendo a diferentes patamares. O patamar de acesso seguia o contorno da encosta até chegar ao patamar superior de acesso à casa. A casa ligava-se ao jardim através de uma arcada, mas o acesso aos outros patamares não era feito de forma directa e imediata, muito menos através de uma imponente escada, por norma, central, como viria a acontecer num Renascimento mais tardio, nomeadamente no século XVI. Atrás da casa havia um jardim secreto, independente do resto do jardim. Este era um lugar para ficar sozinho, em segredo, escondido e tranquilo, em claro contraponto com os outros jardins, que eram de uso geral, nomeadamente para o uso dos hóspedes e dos visitantes, bem como área de passagem e circulação³⁸.

Outro exemplo é o do projecto de Bramante para o jardim Belvedere (fig. 25), no Vaticano, no início do século XVI. Aqui, Bramante introduz uma característica marcante na concepção dos jardins renascentistas: a ligação feita através de patamares sucessivos e por meio de imponentes escadarias.

Partindo deste último exemplo, os grandes jardins italianos, construídos em encostas e posteriormente ao jardim de Belvedere, exploraram este novo elemento ao máximo, utilizando também a água, pois esta existia de forma abundante nas encostas e cumpria um importante requisito, que era o de minimizar os efeitos do calor.

³⁷ JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan (1995) – *El Paisage...*, p. 155

³⁸ LAURIE, Michael (1983) – *Introducción...*, p. 41

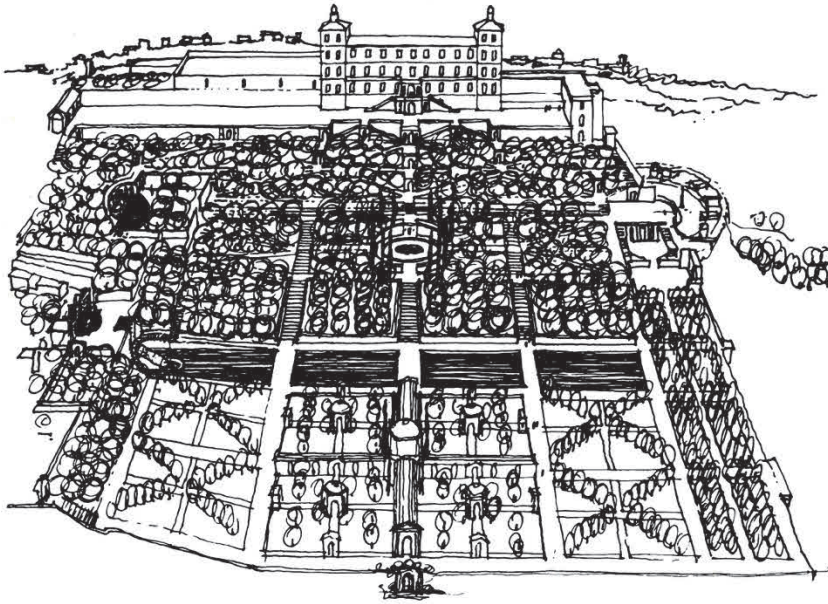


Figura 26 – Villa d'Este

Um dos exemplos mais impressionantes do domínio da técnica e prova da utilização dos patamares, escadas e jogos de água é o da Villa d'Este (fig. 26), projetada em finais do século XVI por Pirro Ligorio. Aqui, encontramos algumas das características fundamentais do jardim italiano do Renascimento: enormes avenidas ladeadas por altos ciprestes, pérgulas e coberturas, que, em conjunto ou independentemente, criavam extensas áreas de sombra que contrastavam com o esplendor da luz do mediterrâneo; algumas intervenções e esculturas espalhadas por todo o jardim serviam como um contraponto às formas e texturas naturais, ao mesmo tempo que garantiam uma melhor transição entre a casa e o jardim; nas encostas com socalcos, os patamares e as áreas planas eram abertos e suportados por grandes muros de contenção, e circuláveis através de degraus, escadas e rampas.

A água era desviada do rio para o ponto mais alto e posteriormente conduzida pelo jardim em forma de cascatas, fontes, tanques e espelhos de água, que, ao mesmo tempo que proporcionavam um jardim aprazível visual e sensorialmente, tinham também a importante função de servirem como apoio aos sistemas de rega.

A presença simultânea de água e de sombra no jardim proporcionava a frescura e descanso que tanto procuravam ao afastar-se da cidade.

As árvores eram utilizadas como meio para destacar uma perspectiva e criar diferentes enquadramentos na paisagem além do jardim. A casa e o jardim eram projetados num processo único: o jardim era a casa e a casa era o jardim³⁹.

Já sob a influência do Maneirismo, também em Itália, na ordenação do solo tipicamente renascentista começaram a incorporar-se certos "artifícios", como grutas e fontes secretas.

Com o Barroco, o jardim acabou por adquirir um carácter de representação teatral. A organização do espaço pôde ir muito mais além das restrições impostas pela planificação urbana⁴⁰.

³⁹ *Ibidem*

⁴⁰ JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan (1995) – *El Paisage...*, p. 165

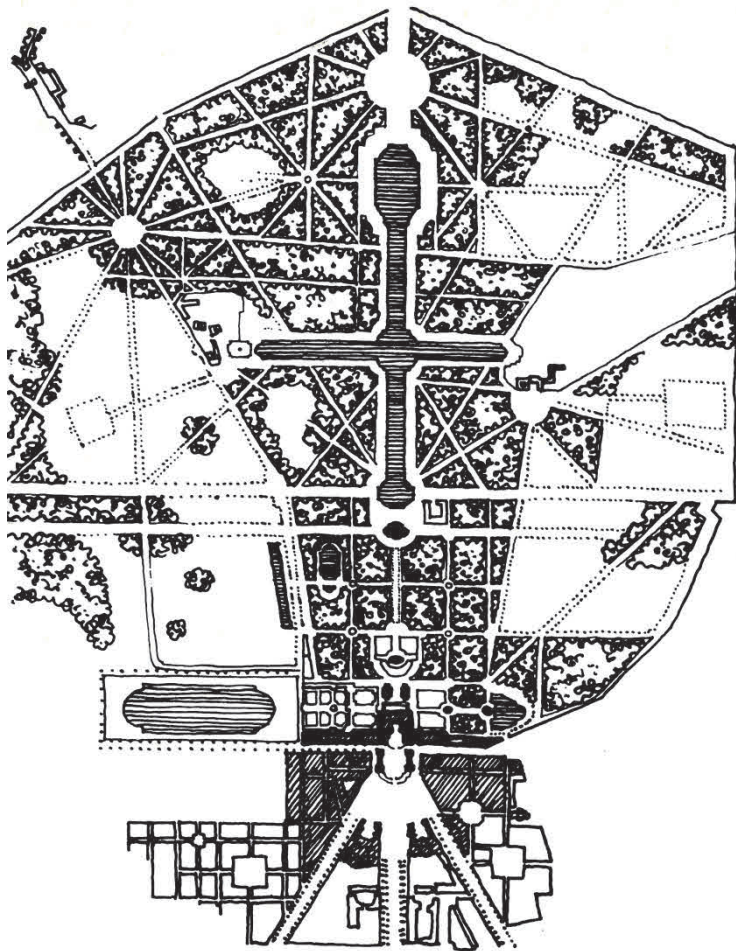


Figura 27 - Jardim do Palácio de Versailles

FRANÇA

Como nos contam Geoffrey e Susan Jellicoe⁴¹, a arquitectura do século XVI nasceu do gótico francês, com alguma influência italiana.

Em França vivia-se um período de enorme riqueza e poder, o que lhe permitiu definir aquele que foi o caminho cultural de toda a Europa.

Nos séculos XVI e XVII, assistiu-se a uma alteração da tendência da organização das cidades e os edifícios individuais deram lugar a edifícios subordinados a um conjunto. A ideia do típico quarteirão francês transformou radicalmente Paris e serviu de inspiração ao urbanismo até à actualidade.

Nos espaços verdes, sobressai também a ideia de espaço globalmente organizado, concebendo-se a forma como se estivesse esculpida em bosques ordenados e definidos. É de destacar ainda a concretização da unidade com o céu e o meio ambiente através da utilização de espelhos de água e de avenidas que conduzem ao exterior⁴².

Estes jardins eram caracterizados pelo uso de canteiros de flores cujas origens remontam aos jardins medievais, e onde as diferentes espécies de plantas eram separadas por sebes. Com o passar dos anos, essas separações, que até à altura tinham a função de separar as plantas, passaram a ser ornamentais, perdendo o seu carácter funcional. O clima e a paisagem franceses tiveram um papel importante na determinação das características do jardim, e foi através destes que se criaram as distinções entre o jardim italiano e o jardim francês.

INGLATERRA

Como afirma Catherine Ward Thompson, os textos clássicos, sobretudo os da época de César Augusto e seus sucessores, eram uma inspiração, sendo que as obras de

⁴¹ *Idem*, p. 179

⁴² *Ibidem*

Virgílio incluíam descrições dos prazeres e preocupações da vida rural e da administração das propriedades⁴³.

Plínio, o Jovem, cujas obras surgem cerca de cem anos depois, descreveu aquilo que a paisagem podia proporcionar ao corpo e à mente: "Prefiro a minha vila na Toscana a todas as que possuo em Tusculium, Tiber e Praeneste (...). Aqui desfruto de um retiro mais confortável, mais profundo e imperturbável do que em qualquer outro lugar, pois estou mais longe dos negócios da cidade e das interrupções de clientes incómodos. Tudo está calmo e composto; as circunstâncias de que gozo particularmente têm tanta importância como o ar puro e o céu limpo para a saúde do corpo e da mente"⁴⁴.

A transposição dos ideais clássicos para a paisagem inglesa foi acompanhada por uma interpretação da natureza salutar por oposição ao formalismo geométrico dos jardins holandeses ou franceses do século XVII. Alexander Pope defendia que a arte imitava a natureza e tentou demonstrar, no seu jardim em Twickenham, junto ao rio Tamisa, o afastamento em relação ao estilo confinado do Renascimento e do Barroco para um estilo mais informal de "natureza sem adornos"⁴⁵.

De acordo com Catherine Ward Thompson, o desenvolvimento do parque urbano em cidades britânicas e de outros países europeus tornou-se amplamente reconhecido como uma forma de melhorar a saúde, bem como o bem-estar social e o refinamento moral dos seus cidadãos. O conceito do parque consistia no facto de proporcionar um escape da cidade, tendo a criação de parques como o Central Park de Nova Iorque sido inspirada pelo Birkenhead Park de Paxton, pelo Hyde Park de Londres e pelo Bois de Boulogne em Paris⁴⁶.

Segundo a autora, "a paisagem do jardim inglês foi criada em resposta aos debates estéticos e filosóficos do século XVIII, mas, transposta para o parque urbano do século XIX, mostrou-se notavelmente sólida como um estilo que satisfaz as necessidades contemporâneas de contacto com o ambiente natural"⁴⁷.

⁴³ THOMPSON, Catherine Ward (2006) – "Da Paisagem do Jardim Inglês ao Parque Urbano: Temas Comuns num Mundo em Mudança" *in Parques Urbanos...*

⁴⁴ Plínio, o Jovem – "Carta a Domitius Apollinaris", *in Cícero (1909) apud THOMPSON, Catherine Ward (2006) – "Da Paisagem..."*

⁴⁵ Pope (1731) – "Epístola a Lord Burlington", *in Hunt e Willis (1975) apud THOMPSON, Catherine Ward (2006) – "Da Paisagem..."*

⁴⁶ THOMPSON, Catherine Ward (2006) – "Da Paisagem..."

⁴⁷ *Idem*

Em suma, pretendia-se, com a criação dos parques públicos, destacar a observação da natureza, promovendo, através dos jardins, o equilíbrio da urbanização, e colmatando os problemas sociais e ambientais.

2. A ÁGUA

“Não há um instante que não possa ser a água do paraíso.”

Jorge Luis Borges

Em diversos períodos históricos o contacto com a água constituiu uma das principais formas de usufruir do tempo de ócio. A associação da água com o tempo livre e, por conseguinte, com o lazer, tem sido uma constante ao longo dos tempos.

Actualmente, além da ideia típica de gozo da água enquanto elemento que proporciona lazer e relaxamento, por exemplo, em praias, termas, piscinas, etc., salienta-se, sobretudo, a água como fonte de prazer através da contemplação. Este uso da água atinge o seu expoente máximo no jardim, ele mesmo produto do ócio⁴⁸.

No jardim, a água é uma componente do próprio jardim, como, por exemplo, através de fontes, tanques e lagos, mas é, sobretudo, um elemento prioritário na organização espacial do jardim.

A ÁGUA E A SUA DIMENSÃO SAGRADA

Como nos conta M.^a Rosário del Caz Enjuto, desde o princípio, segundo o livro do Génesis (o primeiro livro da Bíblia cristã), as águas existiam; antes, mesmo, que a Terra. Desde o princípio o Homem conheceu o seu poder. A água e o homem aparecem ligados em inúmeros eventos da existência. Além disso, o termo *humus* – terra fertilizada pela água – deve a sua origem à palavra latina *homo*, homem. Estudos biológicos mais recentes colocam a água na origem da vida, corroborando cientificamente uma crença baseada no homem psicológico, religioso, supersticioso ou onírico que remonta à antiguidade. A presença da água tem sido uma constante em todos os planos do pensamento especulativo, filosófico, religioso ou poético⁴⁹.

A máxima exaltação do uso da água no jardim é visível no Islão, de tal forma que a característica mais típica dos jardins era o uso da água. No Corão refere-se muitas vezes o jardim como um símbolo do paraíso; um paraíso atravessado por quatro rios principais: um de água, um de leite, um de vinho, e um de mel, simbolizado pelos quatro canais de água que estruturam o jardim islâmico: o *bagh chahar* com quatro jardins separados por quatro fluxos. Com os seus canais em ângulos rectos, fontes e pavilhões, o jardim octogonal representa a ordem perfeita do mundo, ou seja, o paraíso original.

⁴⁸ ENJUTO, M.^a Rosário del Caz (2001) – *El Agua en el Seno de las Aguas. La ordenación del espacio balneario en el Cantábrico*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial - Universidad de Valladolid, p. 57

⁴⁹ *Ibidem*

O paraíso prometido que, segundo os escritos, será uma recompensa para o justo e corajoso, é evocado no Corão como um jardim com água, elemento que permite a presença de árvores de fruto e canteiros de flores que proporcionam sombra e frescura⁵⁰.

Mas, acima de todas as outras imagens, e como nos conta a autora, "a água é – segundo Bachelard – o objeto de uma das maiores valorizações do pensamento humano: a valorização da pureza". No seu trabalho poético sobre a imaginação da matéria dedicada à água, Bachelard salienta a forma como a imaginação material encontra na água a matéria pura por excelência, a matéria naturalmente pura: "A água é oferecida como um símbolo natural de pureza, dá significados precisos a uma psicologia de purificação"⁵¹.

O Homem acreditou desde sempre no poder de cura da água de maneira intuitiva e natural. Defendendo a primazia da água sobre os outros elementos, Plínio afirmou que as fontes surgiram para o benefício do homem, acreditando-se, até ao desenvolvimento da razão e dos estudos científicos, que as propriedades de um elemento tão poderoso advinham dos deuses⁵².

A ÁGUA COMO ELEMENTO LÚDICO E FONTE DE PRAZER

Aproximando-se da água, o Homem encontra prazer. Ao longo de vários períodos históricos, o contacto com a água foi sempre uma das principais formas de aproveitar o lazer. Há duas formas de uso lúdico da água que sempre acompanharam o homem, duas formas de usar a água com o único propósito de obter prazer: a água no banho e a água no jardim.

M.^a Rosário del Caz Enjuto afirma que quase todos os estudos sobre a história do banho começam com a descrição das palestras gregas e dos banhos romanos. Tanto na Grécia como em Roma, o banho tinha como principal objetivo o relaxamento e o prazer, sendo a higiene apenas um factor complementar.

A associação do banho com tempo livre, lazer, e, portanto, prazer é uma constante que se manifesta não apenas em momentos de máximo esplendor – quando, na

⁵⁰ *Idem*, p. 64-65

⁵¹ *Idem*, p. 58

⁵² *Idem*, p. 60-61

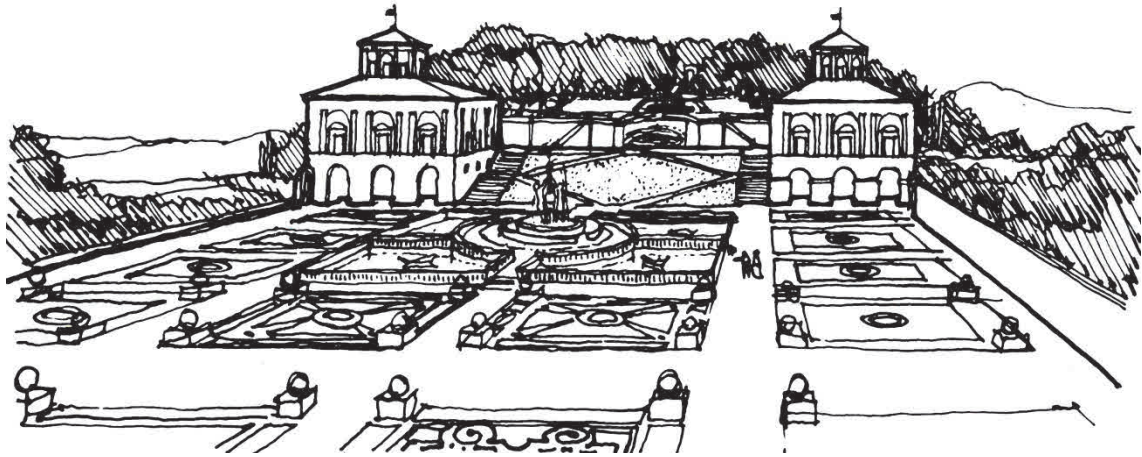


Figura 28 - Villa Lante

antiga Roma, os banhos termais ocupavam, ao lado do circo, o lugar preponderante da vida pública – mas também em períodos em que o banho era mais limitado⁵³.

O uso recreativo da água, baseado no gozo estético da contemplação, atinge a sua máxima expressão no jardim, produto, ele mesmo, de lazer. A presença de água sempre foi uma constante no jardim, constituindo um elemento muito relevante na sua história, sendo até preponderante, em muitos casos, na organização espacial do jardim.

O jardim árabe, íntimo e privado, é um pequeno espaço concebido para deleitar os sentidos; daí a presença de árvores de fruto e de canteiros de flores, bem como da água, o elemento mais precioso. A água está sempre próxima e acessível no jardim árabe, seja em lagoas, canais, cascatas ou pequenas fontes, e é o protagonista indiscutível, pelo que o local onde a mesma se encontra tem pouca ou nenhuma relevância estética, de modo a não desviar a atenção do objecto principal⁵⁴.

Os italianos recuperaram nos jardins renascentistas a paixão islâmica pela água, levando-a ao seu expoente máximo. No jardim renascentista dos séculos XV e XVI, a água era incorporada através de mecanismos como quedas de água, que destacavam o som e o seu movimento. Surgiam assim nas encostas das montanhas, onde a água já existia naturalmente e a força das correntes naturais podia ser aproveitada, extensos jardins, nos quais era precisamente a água o elemento essencial.

Exemplos desses jardins são os da Villa Madama, os jardins de Farnesio ou os da Villa Lante⁵⁵ (fig. 28).

No entanto, para M.^a Rosário del Caz Enjuto, o jardim pensado principalmente como um cenário magnífico para festas é, por excelência, o jardim francês.

Em Versalhes, que acabou por se tornar um dos jardins mais importantes da história europeia, a substância é o todo e as partes têm que se subordinar a ela. Todo o cenário é baseado em geometria e perspectiva.

A água é um dos elementos essenciais do jardim de Versalhes, e era considerada preciosa, não só pelos seus efeitos mas também por ser escassa. Os efeitos da água, os diferentes tipos de fontes e a sua beleza são inigualáveis. A água foi utilizada de

⁵³ *Idem*, p. 61

⁵⁴ *Idem*, p. 64-65

⁵⁵ *Idem*, p. 65



Figura 29 – A água nos jardins do Palácio de Versailles

formas diferentes em quase todas as partes do jardim de Versalhes: debaixo do corpo mais saliente do palácio colocaram-se os leitos de água, que actuavam como reflexo do edifício; a sul localiza-se o *Pièce d'eau des suisses*, para a qual se abriu a Orangerie, onde se cultivavam espécies do sul; no lado oposto, em direção a norte, há áreas predominantemente sombrias que, da pirâmide da água, levam à fonte Neptune. Entre esses conjuntos e o início do Grande Canal, precedidos pela fonte de Apollo, doze diferentes bosques ladeiam a avenida principal. Entre estes, encontramos diferentes elementos em que a água é utilizada (como o teatro de água e a pirâmide de água). Nas intersecções dos percursos, encontramos as fontes das Quatro Estações, e o Grande Canal abre-se em forma de uma cruz, terminando num lago octogonal⁵⁶.

“A água e a natureza talvez sejam aproximações ou metáforas do paraíso ignoto ou desconhecido; desejos, em síntese, do jardim ideal.”⁵⁷

⁵⁶ *Idem*, p. 66

⁵⁷ JÚLBEZ, José María Buendía (2003) – “O espírito do lugar” in *Barragán. Obra completa*. Lisboa: Dinalivro, p. 25



Figura 30 – Antigo matadouro no Parc de La Villette

3. CASOS PRÓXIMOS

3.1. LA VILLETTE

Situado a nordeste de Paris, o Parque de La Villette atravessa o Canal de l'Ourcq de Este a Oeste num território com cerca de 55 hectares que havia sido, em tempos, um matadouro e mercado de animais, e cujo período e intenção correspondem ao plano urbano traçado por Haussmann para Paris. Aquando do seu encerramento, em 1974, o espaço destinado ao matadouro deixou um enorme vazio na cidade e suscitou uma enorme discussão pública acerca daquele território.

É então que François Mitterrand, à altura presidente de França, lançou um concurso público, ao abrigo da iniciativa "Grands Projects" com o objectivo de encontrar uma solução que reinventasse este enorme espaço abandonado na cidade, como parte de uma estratégia que procurava reinventar e modernizar os espaços públicos e monumentos do país.

Do programa do concurso "modèle des parcs urbains du XXI siècle" (modelo para parques urbanos do século XXI) destacam-se os seus objectivos: estabelecer um novo paradigma, enquanto se procura redefinir o conceito de parque público urbano.

De um vasto número de propostas que foram apresentadas para este território, destacam-se as de arquitectos como Rem Koolhaas, Bernard Tschumi e Zaha Hadid. Contudo, é Bernard Tschumi que ganha o concurso para o Parque de La Villette.

Além da intervenção de Bernard Tschumi, podemos ainda encontrar a Cidade da Música, uma sala de concertos projectada pelo arquitecto francês Christian Portzamparc; a Filarmónica de Paris, projetada pelo arquitecto, também francês, Jean Nouvel; o Museu da Ciência e a La Géode, uma sala de cinema, projectados pelo arquitecto Adrien Fainsilber; e ainda uma memória das infraestruturas existentes do período em que era matadouro, uma enorme nave em aço e vidro datada de 1859 (fig. 30).

Do projecto de Bernard Tschumi destaca-se o facto de este procurar, efectivamente, uma nova resposta para a temática, afastando-se de exemplos como o de Frederick Law Olmsted para o Central Park em Nova Iorque, onde o objectivo é, claramente, esquecer a agitação e o caos da cidade, vendo-se o parque como retiro, como oásis. Bernard Tschumi, por sua vez, procura o oposto ao que seria expectável, e a partir da sua proposta procura questionar a cidade contemporânea e a forma como é usada e apropriada, reproduzindo a condição da cidade no projecto, e, ao invés de procurar

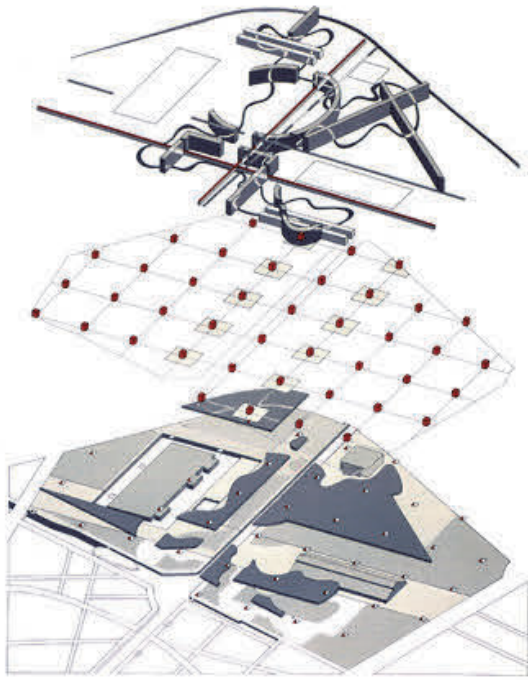


Figura 31 – Projecto do Parc de La Villette



Figura 32 – *Folie* no Parc de La Villette

unicamente espaços para escape e relaxamento, procura sim reproduzir o frenesim e confusão da cidade de Paris, ou seja, prolonga ou liga à cidade o seu parque, como uma continuação da mesma. A partir destas premissas, Tschumi tenta reproduzir a sensação de caos, de desorientação, desenhando percursos sinuosos que se cruzam, mas que objectivamente não nos levam a nenhum sítio específico, contribuindo para isso também o facto de optar por ser parco na sinalização desses mesmos percursos e momentos⁵⁸.

Das intenções plasmadas no projecto, destaca-se também o facto de Tschumi pretender contornar qualquer referência histórica, quer do lugar, quer das normas comportamentais que os parisienses utilizavam nos parques até então, sempre com o objectivo de as pessoas se apropriarem e vivenciarem o parque como quisessem e da forma que entendessem.

Em relação ao projecto em si, este desenvolve-se a partir de uma malha ortogonal com 35 pontos, sendo que, destes, 25 são marcados por estruturas a partir dos quais são estabelecidos três princípios: o ponto, a linha e o plano.

A partir destes três princípios, propõe uma série de respostas diferentes, nomeadamente: estruturas metálicas a que chama *follies*, que representam o "ponto"; uma série de percursos, que simbolizam a "linha"; e, por fim, os espaços relvados, que correspondem ao "plano"⁵⁹.

Em relação às *follies*, que são, no nosso entender, os elementos preponderantes neste projecto, as mesmas surgem como um marco no percurso, como elementos que o pontuam, criando pequenos momentos em que as pessoas são convidadas a interagir com as diferentes estruturas.

Tschumi inspira-se nas *follies* típicas do jardim inglês, precisamente por não terem, na sua maioria, nenhuma função e por serem estruturas que surgem, muitas delas como um capricho, quase como que decorativas, ao mesmo tempo que se assumem como os únicos pontos de referência do parque. Estas estruturas, de cor vermelha, são construídas recorrendo principalmente a dois materiais – o aço e o vidro – e, em alguns casos, acabam por ter alguma função, como é o caso de uma pequena biblioteca ou cafetaria.

⁵⁸ MARTIN, HERVÉ (1986) – *Guide de l'architecture moderne à Paris, 1900-1990*. Paris: Syros Alternatives

⁵⁹ LYALL, Sutherland (1979) – *LANDSCAPE. Diseño del espacio público. Parques. Plazas. Jardines*. Barcelona: Gustavo Gili, p. 41

Ainda assim, não podemos apenas mencionar as “*follies vermelhas*” como os únicos pontos de interesse ou motivadores do parque. Não devemos esquecer a referência aos percursos, à sequência de espaços lúdicos, onde surgem momentos como jardins temáticos, piscinas no rio, tanques, zonas de piquenique, e ainda algumas parcelas destinadas ao cultivo individual.

Tschumi pretende juntar o natural ao artificial, querendo, no entanto, que estes se distingam claramente.

3.2. PARC ANDRÉ CITROËN

Nascido da indefinição do júri do concurso de ideias para a criação de um parque urbano num *terrain vague* com cerca de 14 hectares deixado por uma fábrica de automóveis, surge o Parc André Citroën, junto às margens do rio Sena em Paris e não muito longe de um dos marcos desta cidade – a Torre Eiffel.

Este parque é um imprescindível exemplo do valor e importância das intervenções que têm como objectivo interligar a cidade com as periferias e, ao mesmo tempo, alterar o quotidiano e a forma de viver das pessoas, recorrendo para isso a percursos e momentos que nos provoquem algum tipo de sensação, enquanto nos ligam à natureza, e ao mesmo tempo, nos permitem escapar ao frenesim e ruído do dia-a-dia.

O mote do concurso era que o projecto do parque deveria reflectir a influência de Paris, sem esquecer o objectivo de legar na história dos jardins um marco de contemporaneidade⁶⁰.

Assim sendo, o projecto para este parque, datado de 1992, ficou a cargo do paisagista Alain Provost e outros conhecidos arquitectos e paisagistas, tais como Patrick Berger, Gilles Clément, Jean-François Jodry e Jean-Paul Viguier⁶¹.

⁶⁰ RIHA, Michael (2004) – *Parc Andre Citroen, South of Paris, France, Landscape Architects: Giles Clement & Alain Provost*

⁶¹ *AD Classics: Parc Andre Citroen / Alain Provost*, disponível em <https://www.archdaily.com/12685/ad-classics-parc-andre-citroen-alain-provost>



Figura 34 – Parc André Citroën

Ao contrário do que poderíamos estar mais habituados a ver, este projecto surge não tanto como uma ligação do meio urbano a um meio mais rural, mas sim com a intenção de estabelecer uma transição entre a parte mais central e as áreas destinadas a habitação da cidade de Paris, nunca deixando de ser, ainda assim, um território de mediação, neste caso num território onde outrora se localizava uma fábrica automóvel da Citroën, aquilo a que damos o nome de *terrain vague*, ou seja, um terreno abandonado, uma área expectante, entre dois meios, numa zona outrora ocupada com funções completamente distintas das que se pretendem.

Como o que se pretendia era criar um espaço que fosse ao mesmo tempo urbano, mas também rural, definiu-se uma estratégia resumida em quatro princípios: arquitectura, natureza, movimento e artífice, princípios esses que se vão tornando evidentes ao longo do percurso pelo parque, como que pontos de interesse e referência, ao mesmo tempo que pretendem despertar os sentidos: o olfacto, a visão, a audição e o tacto⁶².

Deste modo surge o desenho do parque, que sinteticamente se define por cheios e vazios que permitem conceber dois tipos de espaços, mais íntimos ou mais abertos, respectivamente.

No centro do parque existe aquele que é o maior espaço aberto da intervenção, composto por um enorme relvado e por uma grande praça. Esta alberga duas zonas distintas que asseguram a transição entre o relvado e duas construções em vidro que, por sua vez, acolhem duas estufas para plantas exóticas e mediterrânicas, bem como uma outra zona quadrangular repleta de repuxos de água com os quais a pessoas podem interagir, refrescando-se.

Em relação às duas estufas acima referidas, a sua dimensão e materiais utilizados sugerem que estas têm dois objectivos a cumprir, além da evidente função, que é a de receber árvores de grande porte de climas distintos do que se sente em França: servir de contraponto ao enorme espaço plano do relvado, e fazer como que uma transição entre o parque e os edifícios que o circundam.

A sul deste relvado existe um imenso espelho de água ladeado de pequenas estruturas em granito, com diferentes aberturas, com enquadramentos e perspectivas distintas, que servem de miradouro do parque, mas que, tal como Bernard Tschumi em La Villette, podem assumir a designação de *follie*.

⁶² *Idem*



Figura 35 – Parque Verde do Mondego

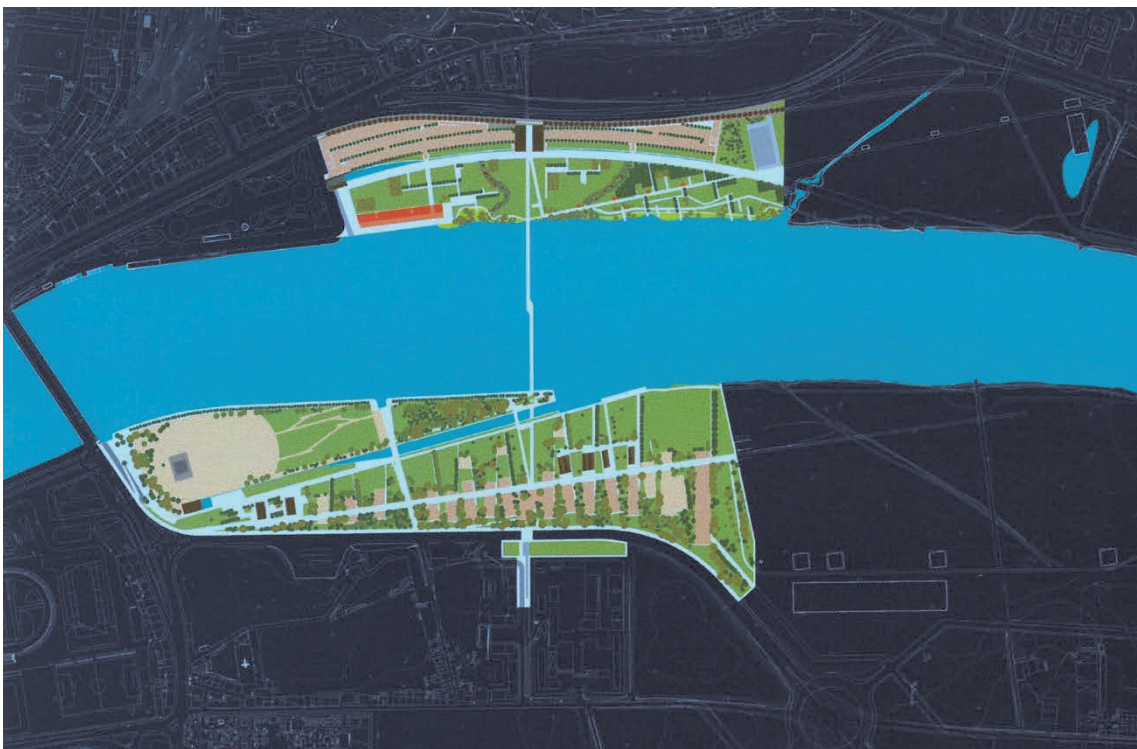


Figura 36 – Plano do Parque Verde do Mondego

A norte, encontramos os espaços mais íntimos, onde o cheio e o vazio, e o volume, assumem uma maior importância, ao mesmo tempo que introduzem as diversas temáticas em diferentes cotas. Estes espaços caracterizam-se por formarem uma pequena malha ortogonal composta por espaços quadrangulares e rectangulares e por, em cada um desses quadrados ou rectângulos, albergarem diferentes momentos, tais como diferentes árvores e arbustos e diferentes formas de encarar e trabalhar o elemento água, quer seja a partir de fontes, quedas de água ou espelhos de água.

A unir todo este conjunto temos, tal como na Barcelona de Cerdà, um caminho diagonal que unifica todo o conjunto, criando ligação a todas as diferentes estruturas e momentos do parque, permitindo atravessamentos e apropriações de todo o espaço, criando uma centralidade e possibilitando, assim, os mais diversos usos e apropriações.

Em suma, e partindo do pressuposto inicial de que o Parc André Citroën deveria ser uma referência contemporânea da temática do parque, pode concluir-se que o objectivo foi alcançado pelos arquitectos e paisagistas. De facto, o resultado final remete para o típico jardim francês, quer através dos enormes relvados, quer através da exaustiva utilização das sebes recortadas com diferentes volumetrias, quer, ainda, através da introdução de elementos como a água, sem nunca se esquecerem de os enquadrar com a linguagem e apropriações contemporâneas.

3.3. PARQUE VERDE DO MONDEGO

Inspirado no programa do projecto da Expo 98, foi lançado em meados do ano 2000 um "Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades" – que dá origem ao conhecido Programa Polis, com diversos objectivos, e que consistia predominantemente em requalificar e valorizar ambientalmente as cidades, o que deveria confluir efectivamente na melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Um dos exemplos de intervenção no âmbito do Programa Polis é o Parque Verde do Mondego, em Coimbra.

Por se enquadrar no tema da presente dissertação – o rio como elemento unificador da paisagem – este parque revela-se um importante caso de estudo dos espaços verdes urbanos.

Em Coimbra, o Programa Polis pretendeu, sobretudo, desenvolver um conjunto de acções de requalificação e valorização, quer ambiental quer urbana, centrada num objectivo único: revitalizar o centro, trazendo-o para junto do rio.

Ou seja, o objectivo desta intervenção prendeu-se desde o início com a consideração do rio Mondego como elemento central e unificador do território, com uma função crucial na ligação entre partes distintas da cidade e até mesmo como motor de revitalização de um centro esquecido.

As intervenções realizadas pelo Atelier MVCC – Mercês Vieira e Camilo Cortesão passaram pela construção de um parque verde multifuncional. Entenda-se, por parque verde, um parque urbano, vivido e utilizado, destinado a promover o recreio e o desporto, isto é, ligado intimamente à ideia contemporânea de parque.

Para tal, tornou-se evidente que um dos pontos fundamentais desta intervenção seriam as margens do rio, tendo-se assim aproveitado a arborização existente e criado enormes planos verdes que a precedem.

Outro dos pontos fundamentais era o fortalecimento da relação entre as margens do rio, criando um novo atravessamento do rio Mondego, numa outra localização, onde a passagem fosse única e exclusivamente destinada a peões e ciclistas, criando assim uma ligação descomplicada, segura e imediata entre os dois lados do rio, e tornando as duas margens do rio, no ponto de vista de quem usufrui do parque, num só espaço. Surge assim a Ponte Pedro e Inês, projectada por Cecil Balmond e Adão da Fonseca.

Os principais objectivos da intervenção eram então:

- Revitalizar o Centro, centrando a cidade no rio, através do tratamento paisagístico das margens do Mondego, na Área Central da Cidade;
- Valorização e reforço do eixo pedonal que da Praça 8 de Maio se estende até ao Rossio de Santa Clara/Convento de S. Francisco;
- Construção do Parque Verde do Mondego, abrangendo ambas as margens, na concepção de parque urbano vivido e utilizado;
- Criação de um ambiente de grande qualidade paisagística;
- Valorização do património histórico e arquitectónico, designadamente do Convento de S. Francisco para Centro de Congressos;
- Melhoria das acessibilidades na Área Central, através da construção de um sistema de elevação mecânica entre a Alta e a Baixa.

Assim sendo, e retomando as propostas que eram já avançadas no PDM da Cidade de Coimbra, foram propostas as seguintes estratégias:

- Ambiente: libertação e tratamento das margens ribeirinhas para um melhor usufruto da população, em contraponto à imagem de degradação, usos indevidos e sinais de marginalidade que eram verificados na zona;
- Lazer: criação de amplos planos relvados e equipamentos que possibilitassem o uso por parte da população, nos seus diferentes escalões etários e em diferentes horas do dia e da noite, em face da ausência de equipamentos e espaços utilizáveis;
- Actividades culturais: dar continuidade e finalizar o espaço destinado a eventos e espectáculos, permitindo a concentração de um elevado número de pessoas, designadamente, da população juvenil e estudantil da cidade;
- Desporto: propiciar o uso do plano de água através de práticas como o remo, a canoagem e a vela;
- Acessibilidades: permitir o acesso condicionado de automóveis, melhorar os percursos existentes e implementar novas vias de circulação pedonal, com particular destaque para a ligação entre as duas margens;
- Turismo: favorecer a chegada e estacionamento de visitantes, valorizar o quadro patrimonial, histórico e natural, e a imagem da cidade.

A área correspondente ao Parque Verde do Mondego está compreendida entre a antiga Ponte de Santa Clara e a mais recente ponte Rainha Santa Isabel, e abrange uma área de aproximadamente 80 hectares.

Saliente-se que este projecto só é possível devido à recente construção de barragens a montante e jusante do rio Mondego, que permitem um efectivo controlo dos caudais naquele troço de rio.

É de destacar a parte destinada ao desporto, com a dotação de equipamentos e infraestruturas que dinamizam a utilização do rio para a prática de desportos náuticos, assim como as suas margens, com os seus enormes planos relvados.

No que toca ao ambiente, havia uma necessidade de melhorar a qualidade das águas do rio, trabalhando-se na sua despoluição e na limpeza das suas margens.

Quanto às actividades de lazer, podemos considerar como elementos principais os enormes planos relvados, aos quais se somam os percursos nas duas margens e a ligação da margem esquerda à direita, a ligação ao Convento de Santa Clara-a-Velha e ainda os pequenos equipamentos hoteleiros.

No que toca à cultura, na área do Parque Verde do Mondego, podemos destacar a área destinada essencialmente às festas relacionadas com a Universidade de Coimbra, nomeadamente a Queima das Fitas.

A intervenção do Parque Verde do Mondego debruçou-se essencialmente no elemento rio, cujas margens acolhiam, à altura, terrenos agrícolas totalmente abandonados e que transformavam as margens em locais desinteressantes e inóspitos para a cidade.

A cidade de Coimbra era ligada ao rio, mas de forma unicamente física, totalmente afastada do dia-a-dia da população conimbricense, apesar da sugestão do rio que, no nosso entender, proporciona sempre paisagens únicas.

Debruçando-nos nas intervenções feitas nas margens do rio, salientamos então as seguintes infraestruturas:

Na margem esquerda, destacam-se os percursos e os equipamentos multiusos, pequenas estruturas dedicadas ao comércio e os equipamentos afectos às actividades praticadas no parque e no rio, como o clube náutico (onde incluímos vários desportos como o remo, a vela e o *paddle*), que é apoiado por um canal artificial. Salienta-se ainda o recinto do queimódromo, assim como uma série de parques de estacionamento, quer para carros, quer para autocarros, de modo a que o parque possa acolher quem vem das zonas periféricas ao centro da cidade.

Na margem direita, temos então a ligação mais imediata e estreita com a cidade de Coimbra e com o rio, onde os percursos e as zonas de paragem e fruição têm maior força. Destacamos, por exemplo, os mirantes e pontões, revestidos a madeira, em balanço sobre o rio, e as esplanadas e as zonas hoteleiras, como bares e restaurantes, também eles sobre o rio.

Quanto aos materiais utilizados, estamos perante uma variedade de materiais aparentemente simples: o betão vermelho, que é utilizado em algum mobiliário urbano e no revestimento das construções; o saibro, na pavimentação dos percursos; e o aço e a madeira, na construção dos "apêndices" aos percursos e nas plataformas em balanço sobre o rio.

Da intervenção destaca-se sobretudo o espaço verde, que é, na nossa opinião, a maior transformação, pois este representa toda a arborização e vegetação do parque, e é este espaço que dá à população um local distinto de qualquer outro da cidade, criando sombras e pontos de paragem e de fruição.

Em suma, este tipo de intervenções evidenciam a importância da presença da água e conseqüentemente das suas margens no quotidiano das pessoas, culminando num parque pensado para viver, para ser usufruído.

No caso de Coimbra, mas sendo uma ilação que facilmente se pode retirar da análise de várias outras cidades portuguesas, os espaços verdes não abundam, devido sobretudo ao crescimento urbano desenfreado que vivemos no último século, pelo que um espaço destes é, sem dúvida, uma mais valia, uma "lufada de ar fresco" nas cidades.

IV. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

“(...) um jardim belo é presença permanente da natureza, mas reduzida à proporção humana e colocada ao serviço do Homem.”

Luis Barragán



Figura 37 – Vista aérea da área de intervenção

1. PROBLEMÁTICAS E PERTINÊNCIA DO TRABALHO

O interesse pelo tema que nos foi proposto surge, em primeiro lugar, como oportunidade para ver e trabalhar a arquitectura de um modo diferente do que nos foi sendo sugerido ao longo do curso, que, de uma forma ou de outra, se cingiu sempre ao tema da habitação e equipamentos.

Desta vontade surge a ideia de trabalhar com a água, com a vegetação e com estruturas que não têm obrigatoriamente que corresponder às funções inerentes ao tema da casa ou abrigo ou dos equipamentos.

Em relação ao território, desde logo percebemos o interesse e a importância que este representa actualmente na sociedade e no meio político portuense, sendo até a sua regeneração espacial, económica e social tida como uma das prioridades políticas da cidade. Prova disso é a intenção e vontade da Câmara Municipal do Porto de reabilitar e dotar de equipamentos estruturantes esta área, quer com o projecto de reabilitação do antigo Matadouro, quer com a criação de um terminal intermodal de autocarros, como também – e muito importante – a criação do novo Parque Oriental da Cidade do Porto, ao qual pretendemos sugerir uma ligação de continuidade.

Através da reabilitação do antigo Matadouro, pretende-se gerar novas dinâmicas territoriais, criando um impacto com a sua envolvente quer urbana quer residencial e, mais concretamente, afirmar a cidade do Porto como um pólo cultural de referência tanto a nível nacional como europeu⁶³.

Com a criação do Terminal Intermodal de Campanhã, surgirá uma plataforma que, aliada à já existente estação de Campanhã (terminal ferroviário e de metro), permitirá a conjugação dos principais meios de transporte públicos no mesmo local, uma vez que pretende criar-se um terminal que abranja não só os autocarros de operadores privados como também os autocarros da STCP. Este terminal permitirá assim, num só local, receber os meios de transporte rodoviários de fora da cidade, oferecendo aos passageiros uma ligação directa, através do metro ou comboio, à cidade.

De facto, Campanhã é hoje um território expectante, tanto pela quantidade de área disponível para construção e reabilitação, como pelas oportunidades que oferece por ser um território situado no limite da cidade e que, por isso, se torna obrigatoriamente uma das suas entradas, confrontando com Gondomar, concelho

⁶³ *Masterplan Estratégico da Zona Oriental do Porto. Relatório Final – Versão Preliminar* (2019)



Figura 38 – Linhas ferroviárias



Figura 39 – Vias rodoviárias

este em franca expansão devido à crescente procura desse território para habitação de quem trabalha no Porto.

No entanto, verificam-se enormes discrepâncias entre o que se pretende fazer e o que existe. O que existe é um território claramente desestruturado e periférico, o que se pode justificar pela pouca importância dada pelos sucessivos executivos camarários, assim como pela sociedade em geral, à área em questão.

Percebemos que há uma clara desconexão desta área com o resto da cidade, fenómeno que não encontramos, pelo menos numa análise imediata, noutras zonas da cidade do Porto. Isto deve-se, no nosso entender, em primeiro lugar, à existência de eixos viários e ferroviários de enorme escala que irrompem por todo o território, o que, só por si, poderia ser tido como responsável pelo estado de segregação e desorganização que se presencia no vale de Campanhã.

Como nos dizia Fernando Távora, "Tudo tem importância na organização do espaço – as formas em si, a relação entre elas, o espaço que as limita – e esta verdade que resulta de o espaço ser contínuo anda muito esquecida. Citemos, para exemplo, um caso frequente: projecta-se uma estrada, manifestação de organização do espaço e factor de movimento, e em que é que se pensa unicamente? No seu comprido perfil longitudinal e na pequenez dos seus perfis transversais; todo o resto, todo o sistema de relações, quer paisagísticas, quer urbanísticas, quer económicas e outras que o fenómeno implica, é esquecido como se possível fosse abstrair esse acontecimento de todo o espaço e de toda a circunstância que o envolve."⁶⁴

Exemplo disso é a área que nos propomos a abordar.

De facto, localiza-se em Campanhã o principal nó de ligação entre as várias linhas ferroviárias que ligam o Norte ao Sul do país (fig. 38), como o são, por exemplo, as linhas do Norte, do Minho e do Douro, o que pressupõe e se traduz efectivamente na existência de um enorme perfil caracterizado por diferentes linhas ferroviárias que fazem a primeira distinção entre o que entendemos serem duas margens diferentes da cidade, a Poente e a Nascente da linha: grande parte da cidade do Porto, por um lado, e a área de Campanhã que pretendemos abordar e que agrega todos os problemas acima mencionados, por outro.

Além destas, temos também as vias rodoviárias (fig. 39) – umas de dimensão considerável e outras que, para além da dimensão que consideramos exagerada e desproporcional,

⁶⁴ TÁVORA, Fernando (2015) – *Da organização do espaço*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, p. 18

apresentam também uma implantação que entendemos não corresponder às necessidades daquela zona, acabando por intensificar os problemas de segregação territorial existentes. Falamos, portanto, em primeiro lugar, da Estrada da Circunvalação, que surgiu em finais do século XIX como fronteira entre os municípios do Porto, de Matosinhos e de Gondomar. Depois, surge a Via de Cintura Interna como via estruturante da área metropolitana do Porto, fazendo um anel entre as cidades do Porto e Vila Nova de Gaia, que, através de diferentes nós, as liga a cidades como Matosinhos, Maia e Gondomar, assim como à A1, auto-estrada que liga o Porto a Lisboa.

Por fim, surge a Radial de Gondomar que, no que toca a este território, divide em dois a zona do Pêgo Negro, que actualmente alberga a fase inicial já finalizada do Parque Oriental da Cidade do Porto, e que surge ainda junto à pré-existente Estrada da Circunvalação, quaduplicando o perfil daquela via. Esta é uma via que, pelas suas dimensões e pela forma como foi implantada no território, contribui também para a divisão deste território.

E depois de as identificarmos, como acima fizemos, percebemos que as palavras de Fernando Távora datadas de 1962 continuam actuais e se empregam facilmente na caracterização geral das vias que envolvem toda esta área, visto que, apesar de a intenção de quem as projectou ser facilitar as ligações rodoviárias entre as diferentes partes da área metropolitana do Porto, esqueceu-se, na nossa opinião, de criar ligações e relações com o meio por onde foi passando.



Figura 40 – Estudo das condicionantes da área de intervenção

2. EVOLUÇÃO

A escolha desta área de intervenção surge pela iniciativa da Direcção de Curso em que Campanhã era sugerida como uma das possíveis áreas a abordar enquanto trabalho final do curso de Arquitectura. Isto com uma vontade clara de que todos os alunos que se propunham finalizar os seus estudos no curso de Arquitectura interviessem nesta zona, por se tratar de uma área que actualmente desperta um grande interesse na sociedade portuense, mas que carece, contudo, de uma estratégia global de intervenção.

Partimos então para o terreno e vários territórios e edifícios nos despertaram interesse como motivo de trabalho. Em primeiro lugar, definimos que o caminho que deveríamos seguir seria o de reabilitar. Assim, tentamos identificar uma série de edifícios que merecessem ser reabilitados, edifícios aos quais poderíamos reconhecer ou não algum valor. Identificamos, desta forma, dois edifícios merecedores deste exercício: a Quinta da Revolta e a Quinta de Bonjóia.

Contudo, e depois de iniciarmos uma análise geral sobre o território proposto pela Direcção de Curso, percebemos que aquilo de que esta área necessitava de forma prioritária seria a sugestão de uma estratégia de organização de todo este território ou, pelo menos, que esta sugestão ajudasse a redefinir este território e a trazer-lhe urbanidade.

Percebemos, então, que havia duas partes de Campanhã – uma a Nascente da Estrada da Circunvalação e outra a Poente –, tendo percebido, no decorrer da análise que fizemos, que a parte a Nascente seria a que necessitava de uma estratégia de maior dimensão e com mais premência, visto tratar-se de uma vasta área verde perdida entre a Circunvalação e um núcleo habitacional que vai desde a zona do Freixo até ao bairro do Lagarteiro.

Este território, que inclui os terrenos da Quinta da Revolta até à zona do Pêgo Negro, pareceu-nos ser de grande interesse, uma vez que se trata de uma imensa área verde perdida entre vias de circulação automóvel de enorme escala e núcleos habitacionais implantados porventura casualmente no território. Além disso, todo este território é atravessado por uma linha de água que nos despertou logo a atenção e que poderia potenciar diferentes intervenções.



Figura 41 – Maquete de estudo da área de intervenção



Figura 42 – Maquete de estudo da área de intervenção

Tínhamos também presente a parte já concluída do Parque Oriental da Cidade do Porto, cujo território, apesar de ser rasgado pela Avenida da Cidade de León, mantém uma pequena ligação com a área anteriormente mencionada.

Desta feita, e depois de nos dedicarmos a uma análise mais aprofundada sobre esta área em específico, definimos que a nossa proposta deveria passar pela sugestão de relações entre esta área verde, que inclui também um elemento de água (o rio Tinto), com a sua envolvente, nomeadamente com as inúmeras habitações que o delimitam e com os acessos que o circundam.

Com a intervenção neste território e a partir da sua revitalização, pretendíamos dar o nosso contributo para a regeneração da cidade ou, pelo menos, desta parte perdida da cidade.

A nossa principal preocupação passou por trazer toda a envolvente para dentro desta área verde a que viríamos a chamar de parque, ao mesmo tempo que sugeríamos novos atravessamentos. Era para nós de salutar importância começar por criar relações, em primeiro lugar, com os núcleos habitacionais do Neiral, Azevedo e Lagarteiro com este território – que, na verdade, pode ser considerado a sua traseira – com o qual, quando nos propusemos fazer este trabalho, não tinham qualquer tipo de relação.

Foi muito importante para concretizar este exercício criar uma uniformidade em todo este território, moldando o terreno e o curso do rio, ao mesmo tempo que definimos claramente os limites do parque, sendo que, no caso do eixo habitacional que vai desde o Neiral, junto ao rio Douro, passando pela zona de Azevedo até ao Bairro do Lagarteiro, foi mesmo preciso definir o que era a traseira e o limite de todas aquelas habitações e conjuntos habitacionais.

Em segundo lugar, entendemos que devíamos sugerir ligações entre a Estrada da Circunvalação e este território. Tínhamos assim definido os limites da nossa proposta e alguns objectivos gerais da intervenção.

Passamos depois para a definição concreta daqueles que seriam os objectivos e de qual seria o tema do nosso trabalho. Foi então que definimos que a linha de água seria o mote de toda esta intervenção e que, a partir deste tema, havíamos de sugerir elementos de pequena escala que, de alguma forma, tivessem relação com a água, de modo que a mesma nos proporcionasse momentos lúdicos.

Mas logo nos surgiram os primeiros problemas. Primeiro, quando começamos a analisar a topografia, percebemos que o facto de todo este território ter sido, nos

últimos anos, utilizado como área agrícola e também de viveiro obrigou quem desempenhava estas actividades a fazer variadíssimas alterações a todo o território. Deparamo-nos desde logo com o que restava de algumas estufas, estruturas de enorme escala que ali permaneceram após a demolição das suas coberturas. De seguida, afrontamo-nos com alguns socalcos criados de forma a vencer os desníveis do terreno e assim criar zonas destinadas à agricultura. E, por fim, ainda no que toca à topografia, encontramos também pequenas depressões e saliências resultantes, respectivamente, da retirada de terras e do depósito de entulhos. Mas é dos problemas e condicionantes que surgem os projectos.

Outro dos problemas que nos surgiu logo no início da abordagem a este terreno foram as vias existentes neste território, algumas delas parecendo até perdidas, por não terem qualquer tipo de fim, quer prático quer físico, e outras que, por o cruzarem, criam rupturas no seu atravessamento. Isto apesar de uma delas ser um viaduto por baixo do qual é possível a passagem.

Desta forma, percebemos que a nossa proposta teria que começar por tentar solucionar estes problemas, mas que, ao mesmo tempo, o caminho já teria de ser traçado.

Em primeiro lugar, e visto que tínhamos definido que queríamos utilizar o rio como elemento fundamental da proposta, pensamos que seria interessante que o tema a tratar passasse pela abordagem dos quatro elementos – água, ar, terra e fogo. Nesse sentido, as nossas ideias passaram por diferentes momentos.

Definimos que esses elementos poderiam ser facilmente representados aproveitando as diversas potencialidades do terreno. Para tal, percebemos que uma das formas de ir ao encontro dos elementos seria através da definição de um percurso que atravessasse toda a área a abordar em diferentes sentidos e que proporcionasse distintas sensações. A primeira seria a penumbra, que era definida por um percurso dominado por um imenso número de árvores e com elevadas pendentes, e que, por ser um local sombrio e escuro, caracterizado pela ausência de luz, pudéssemos associar, ainda que metaforicamente, à supressão do ar. A segunda, em oposição a esta, seria uma outra parte do percurso que, ao invés de passar pela penumbra, passaria pela zona junto ao rio, caracterizada por ser plana e apenas com algumas árvores que pontuam todo este espaço, ou seja, em vez de penumbra teríamos uma zona abundantemente iluminada pelo sol.

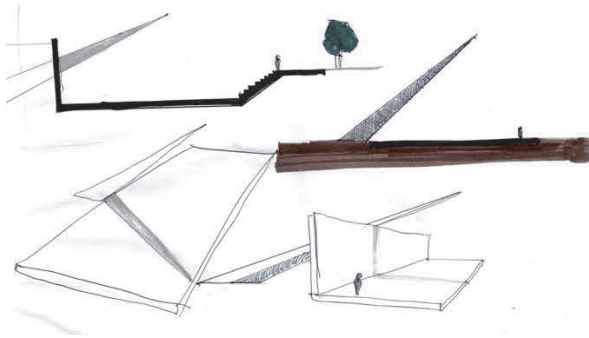


Figura 43 – Esquisso relógio de sol

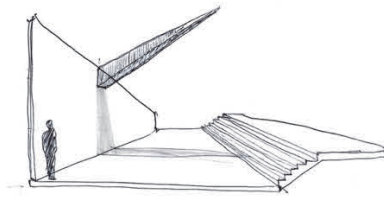


Figura 44 – Esquisso relógio de sol



Figura 45 – Mancha arbórea

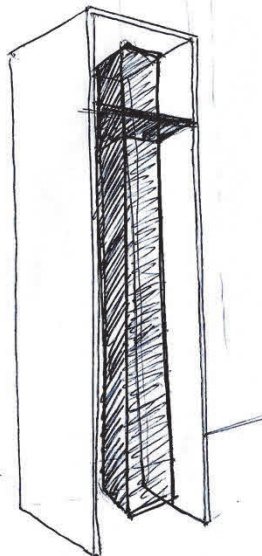


Figura 46 – Esquisso torre

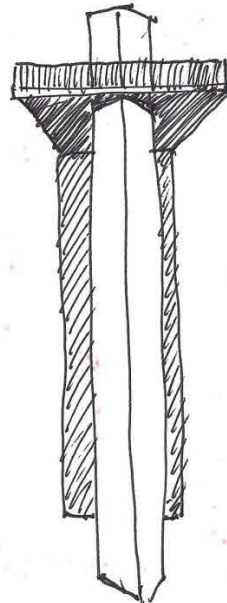


Figura 47 – Esquisso torre

Outro dos caminhos, ainda que em conjugação com o anterior, seria pontuar estes diferentes percursos com elementos de pequena escala que funcionassem como referência ao mesmo tempo que nos permitiam criar momentos de fruição e descanso.

Quanto a estes, houve várias hipóteses de caminho a seguir. Porém, das várias estruturas que ponderamos propor, nem todas foram realizadas. Surgiu, por exemplo, a ideia da criação de um relógio de sol, que acabaria por não ser concretizado, pois, no decurso do trabalho, entendemos que não seria o mais adequado para responder ao tema da água. No entanto, e como referência para o mesmo, destaca-se o Jantar Mantar, em Jaipur, um conjunto de estruturas que tem como fim a observação de diversos elementos ou acontecimentos astronómicos, como estrelas e eclipses, em que cada uma das estruturas tem as suas diferentes formas e funções.

Relativamente aos elementos que foram efectivamente concretizados na nossa proposta, começou por surgir a ideia de projectar uma torre. Sentimos a necessidade de sugerir esta estrutura vertical como um contraponto à topografia do terreno que estávamos a abordar, que é, na sua essência, uma paisagem plana. Entendemos também que, se pretendíamos despertar as sensações e proporcionar momentos lúdicos a quem procura um parque para se abstrair, porventura, do frenesim do dia-a-dia na cidade, seria importante sugerir esta torre mirante como momento de fruição da envolvente e do próprio parque. Apesar de esta torre ser um contraponto à topografia horizontal do terreno, decidimos implantá-la na cota mais alta que tínhamos disponível, por dois factores essenciais: primeiro, porque queríamos propor um ponto de referência que identificasse claramente a entrada que nos proporíamos manter, nomeadamente a Calçada de S. Pedro, que é a que traz o núcleo habitacional do Neiral para dentro do nosso parque; o segundo ponto era o facto de querermos aproveitar a cota alta do terreno para implantar a nossa torre de maneira a não necessitarmos de dar um "grito vertical" num território marcado por construções entre os dois e os três andares, ao mesmo tempo que conseguimos fazer com que a nossa construção interaja directamente com as árvores, visto ser esta a área com a maior mancha arbórea do terreno (Fig. 45).

Quanto ao desenho da torre em concreto, tínhamos bem presente a estrutura projectada por Álvaro Siza Vieira, no final dos anos 80, para a Universidade de Aveiro. Trata-se de um reservatório de água com cerca de 45 metros de altura. Esta estrutura é desde logo entendida como um contraponto vertical na paisagem plana. A forma desta torre em betão armado pode definir-se por três peças: uma lâmina e



Figura 48 – Núcleo habitacional cujo crescimento pretendemos travar



Figura 49 – Fotografia do terreno onde é evidente a presença do muro

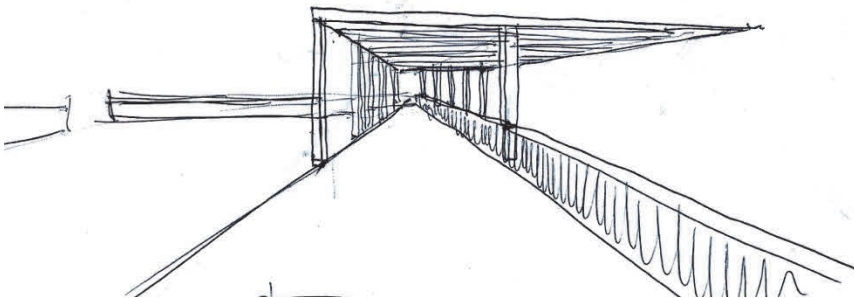


Figura 50 – Esquisso pérgula

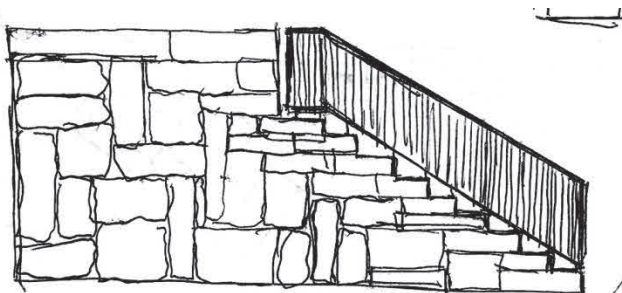


Figura 51 – Esquisso escada

um cilindro de betão verticais, que dão altura à estrutura e que sustentam um depósito paralelepípedo no seu topo, também ele em betão. Na nossa proposta, à semelhança da sugestão de Siza Vieira, a torre surge, como já havíamos referido, como um contraponto vertical na paisagem plana que, além da sua função – no nosso caso, de mirante –, é também um marco na intervenção e uma referência na organização do percurso, visto que a implantação da torre determina o cruzamento da Calçada de S. Pedro com o percurso descendente que sugerimos até à parte plana do parque.

Outra das estruturas que consideramos absolutamente necessárias para organizar e estruturar este território foi um muro que funcionava como travão ao crescimento que identificamos como desordenado da área de Azevedo (fig. 48). Este muro, além de actuar como travão, pretendia também responder à necessidade de definir e demarcar claramente as diferentes cotas desta área em concreto do terreno, assim como definir o que é rua e o que é parque. Decidimos sugerir este muro para criar como que uma continuidade aos diferentes muros já existentes (fig. 49)– por entendermos que o muro é o mais antigo e talvez o de maior nobreza entre os elementos da arquitectura – e assim, como já referimos anteriormente, definir claramente dois tipos de topografia no terreno: uma plana e outra com pendentes desde os 12 até aos 40 metros. Para evidenciar estas características, propusemos também a existência de uma pérgula que pretende assegurar uma transição visual entre a cota superior e a inferior do terreno, sugerindo ainda uma zona de estar e contemplar, tanto na parte superior como na parte inferior da pérgula. Procuramos, como Barragán, “fazer uma arquitectura que surja da terra, ancorada, que, como ela, dá sombra e protecção de matéria habitável, escala humana e significados”⁶⁵.

Aqui, e tendo em mente o tema do muro que pode “esconder” uma função, por nós identificado em diferentes momentos na obra de Souto Moura – quer seja na reabilitação de uma ruína no Gerês, na Casa de Baião, ou na Casa de Moledo –, propomos que este muro possa acolher três áreas técnicas e de programa bem definido, nomeadamente as áreas destinadas a casa de banho, um posto de transformação de energia e uma zona de arrumos destinada a depósito de materiais e maquinarias necessários à manutenção de um parque. Na parte superior deste muro, consideramos que seria necessária a inserção de um parque de estacionamento que pudesse acolher quem se desloca de fora desta zona para o parque, nomeadamente toda a população da cidade do Porto que queira desfrutar

⁶⁵ JÚLBEZ, José María Buendía (2003) – “O espírito...”, p. 23

deste espaço.

Posto isto, e embora possa parecer que saltamos algumas fases na proposta destas estruturas de pequena escala que criam referências em todo o percurso, passamos directamente para um elemento que pensamos ser importante para a consolidação deste território, nomeadamente na ligação deste parque com o parque já existente aquando do início deste exercício. Neste caso, decidimos sugerir três elementos que, no nosso entender, asseguram esta transição ao mesmo tempo que, através de um deles, se sugere uma nova ligação a este território. Este ponto em concreto é-nos dado pelo próprio terreno, pois identificamos naquele local uma nascente de água com uma grande proximidade ao rio, localizando-se num sítio em que a pendente do terreno nos guia até à Avenida Cidade de Léon. O primeiro elemento que sugerimos é, obviamente, o percurso; o segundo elemento é uma escada que faz uma primeira transição entre a parte plana junto ao rio e a parte onde a pendente se desenvolve ascendentemente em direcção à estrada, sendo que, no topo dessa escada, propomos uma zona plana que, através de um muro com cerca de 50 centímetros, permite, ao mesmo tempo que consolida o território, que as pessoas se possam sentar a observar, por exemplo, o rio; por fim, e aqui sim, através da nascente de água que identificamos, propomos um tanque que recolha a água dessa nascente que surge na cota superior do muro e que, depois de ser descarregada de forma contínua (visto tratar-se de uma nascente) no tanque, seja, por sua vez, encaminhada através de uma guia de granito em forma de "U" até ao rio.

Como pensamos estar claro até agora, a nossa intervenção procurou, desde o início, criar momentos lúdicos, de fruição e interacção com o território.

Pretendemos, nesta fase correspondente à evolução do trabalho, fazer uma descrição daquele que foi o caminho seguido desde o começo deste exercício até ao seu final. Assim, voltamos ao início do percurso – entenda-se, junto ao rio Douro, próximo à Quinta da Revolta – onde sentimos a necessidade de definir uma entrada que permitisse, pela sua proximidade, criar uma maior relação com o rio Douro, ao mesmo tempo que assegurava uma ligação mais fraterna (ainda que não directa) do parque com a Avenida de Paiva Couceiro, que, grosso modo, é a via marginal do rio que, em conjunto com a Avenida Gustavo Eiffel, liga esta zona com o centro histórico do Porto.

Aqui, além da preocupação de filtrar, ainda que através de árvores, a ETAR do Freixo, sugerimos a implantação de mais um parque de estacionamento, para albergar as

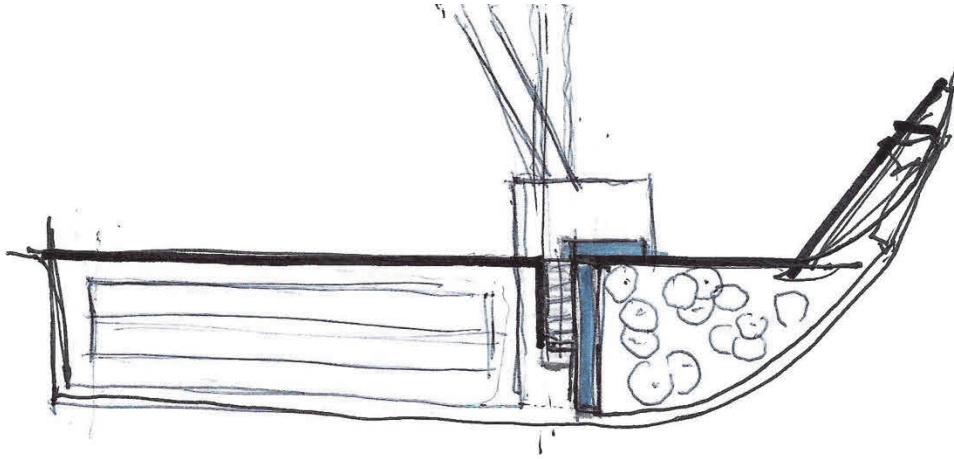


Figura 52 – Esquisso entrada Quinta da Revolta



Figura 53 – Parque de los Pies Descalzos, Colômbia

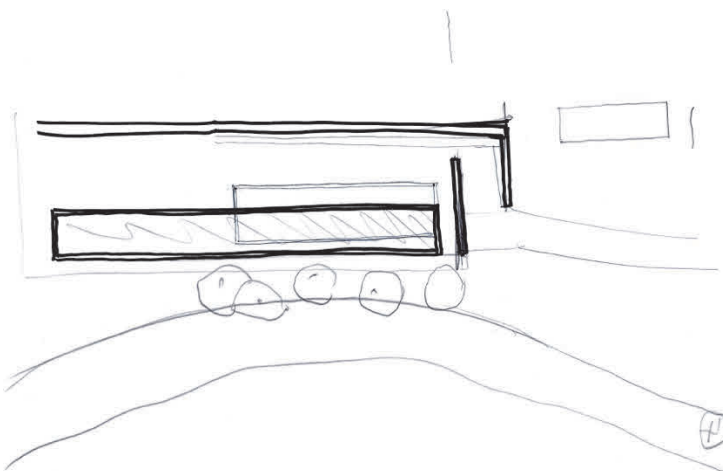


Figura 54 – Esquisso tanque do percurso

viaturas de quem possa vir de fora desta envolvente mais próxima do parque, e propomos também um muro que assegura a transição da cota superior, junto à Estrada da Circunvalação, para a cota inferior, mais próxima do rio. Neste muro, de modo a evocar o tema da água, propusemos um tanque com uma fonte de água, com o intuito de despertar os sentidos, nomeadamente a audição.

Prosseguindo o percurso que neste momento já está definido quase na sua totalidade, decidimos propor, no local onde se cruza com o percurso que vem directamente da Quinta da Revolta e Calçada de S. Pedro, um ponto que marcasse – como, aliás, todos os outros – este caminho. Sugerimos então um tanque envolvido por três muros de diferentes cotas que, no seu conjunto, nos remetem para uma das nossas maiores referências e a maior da arquitectura mexicana: Luis Barragán.

Concretamente, tínhamos na nossa mente Las Arboledas e, em específico, a Praça e Fonte del Bebedero/Paseo de los Gigantes. “No final do caminho de gigantescos eucaliptos, três elementos: o bebedouro de pedra negra, uma comprida bacia de onde a água transborda de modo imperceptível; um muro branco, ecrã onde se projectam as sombras da folhagem; e os muros azuis que rodeiam a praça. Uma colossal escultura minimalista.”⁶⁶

Na continuação do percurso, sentimos, mais uma vez, necessidade de sugerir um elemento que nos evocasse o tema do lúdico – neste caso, em íntima relação com a água – e, ao mesmo tempo, permitisse proporcionar um momento no percurso em que pudéssemos refrescar-nos. É então que nos vem à memória, a título de exemplo, a América Latina (fig. 53) que, pelas temperaturas quase sempre altas, obriga a que os espaços públicos tenham, por vezes, um jogo de repuxos com o qual as pessoas podem interagir de forma lúdica, ao mesmo tempo que se podem refrescar. Para as crianças, é ainda um desafio e uma aventura a tentativa de contornar ou até mesmo ir ao encontro destes pontos de água. Desta forma, a nossa sugestão é uma plataforma de secção rectangular implantada entre o percurso e o rio, onde, além de nos podermos sentar num momento de fruição e/ou descanso, podemos também fintar ou ir ao encontro dos repuxos.

Na nossa proposta, consideramos ainda essencial que, na rua de Azevedo, que rasga e divide em dois o território do parque, houvesse uma ligação das duas extremidades da rua e, mais concretamente, do parque – uma já definida pela pérgula e pelo

⁶⁶ RISPA, Raul (2003) – *Barragán. Obra completa*. Lisboa: Dinalivro, p. 173

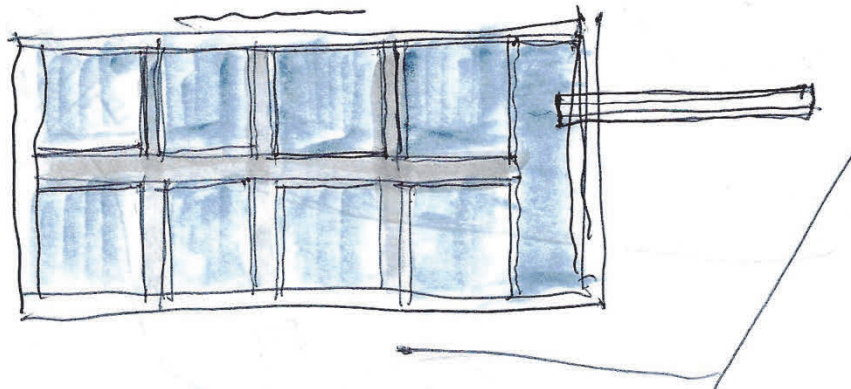


Figura 55 – Esquisso lavadouro

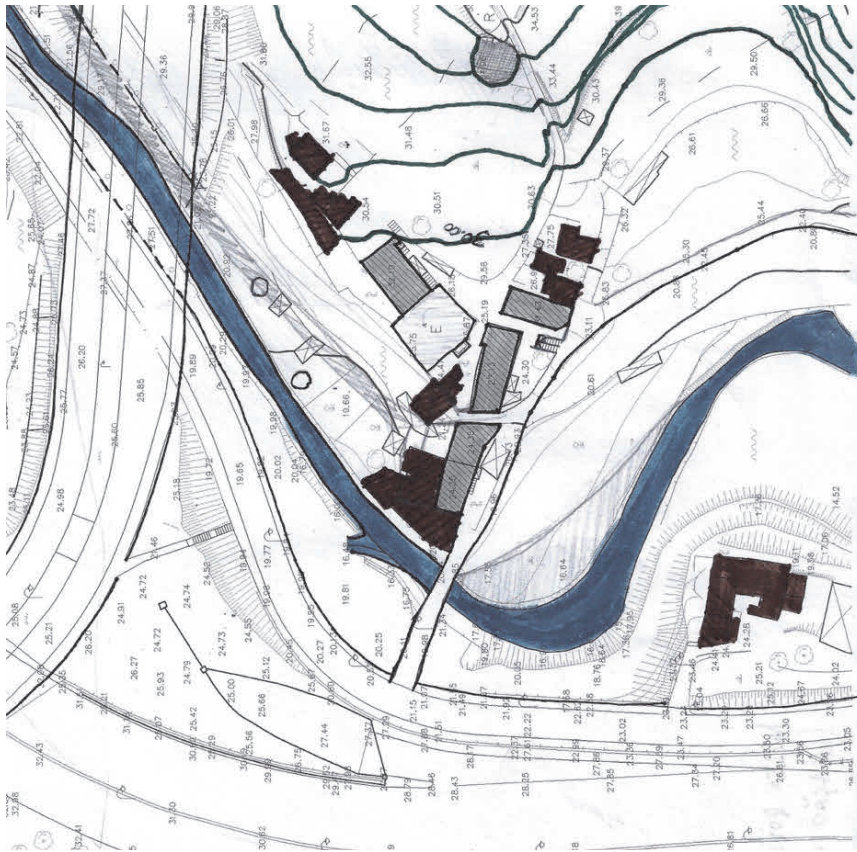


Figura 56 – Proposta de estruturas a demoler no núcleo rural de Tirares

parque de estacionamento e a outra que nos é sugerida por um lavadouro pré-existente. Decidimos então incluir o lavadouro, por entendermos que se inseria no tema da água e da relação das estruturas que propomos com a água. Apesar da pré-existência de um lavadouro, não reconhecemos valor formal nem construtivo ao que lá existia, uma vez que o seu desenho e os materiais utilizados não tinham qualquer relação com a nossa proposta para este jardim. Por isso, sugerimos um novo, cuja implantação em relação com um muro na diagonal, também por nós proposto, assegura mais uma entrada no parque, ao mesmo tempo que tenta diluir o problema já identificado de a rua de Azevedo rasgar esta parte em específico do parque. Em conjugação com estes dois elementos que propomos para a continuidade da cota alta do parque, pretendemos também que este tenha uma relação mais imediata e contínua na cota baixa. Por isso, propomos a existência de uma passagem por baixo da rua de Azevedo, junto à já existente abertura da ponte sob a qual passa o rio Tinto.

A partir do lavadouro, sugerimos dois tipos de percurso: um, à cota superior, em que se pretende uma maior relação com a paisagem; e outro que, imediatamente a seguir ao lavadouro, desce até uma cota baixa, onde se pretende uma ligação mais próxima com a água.

Por fim, e tendo constatado a existência de uma pequena ponte que identificamos como sendo do período romano – a ponte romana de Tirares – assim como um núcleo histórico que nos pareceu interessante, propusemos a sua conservação, sugerindo que o percurso passasse pelo interior deste pequeno aglomerado de casas. Além disso, sugerimos ainda a demolição de alguns anexos de duvidosa qualidade, com o intuito de restabelecer a qualidade formal das outras construções, como é o caso de um sequeiro já existente. Isto com o fim de, futuramente, esta zona poder tornar-se um núcleo histórico, à semelhança do que existe no Parque da Cidade do Porto. Pela ponte e pela ligação que esta proporciona entre a Estrada da Circunvalação e o parque, bem como por se encontrar inserida no conjunto rural anteriormente identificado, entendemos que aqui poderia também existir mais uma entrada, de modo a permitir o atravessamento e a fruição do parque.

Em conjugação com todos os elementos propostos, houve a necessidade de, ao longo do percurso, implantar, de uma forma geral, uma série de pequenas estruturas, como escadas, pequenas pontes e mesmo açudes. Estes elementos, nomeadamente as escadas, cujo nome sugere imediatamente a sua função, serviram para ultrapassar barreiras, como é o caso das diferentes cotas existentes ao longo do percurso, muitas delas blindadas por muros pré-existentes.

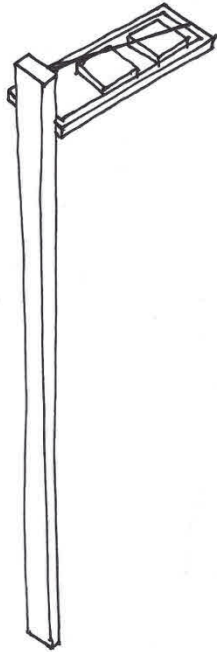


Figura 57 - Esquisso candeeiro

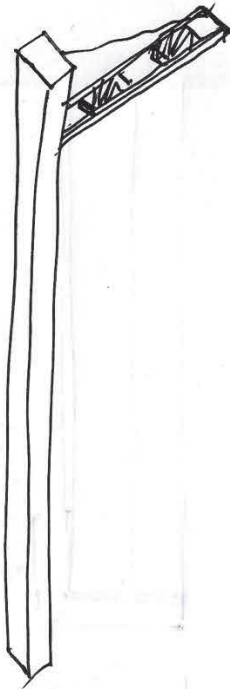


Figura 58 - Esquisso candeeiro

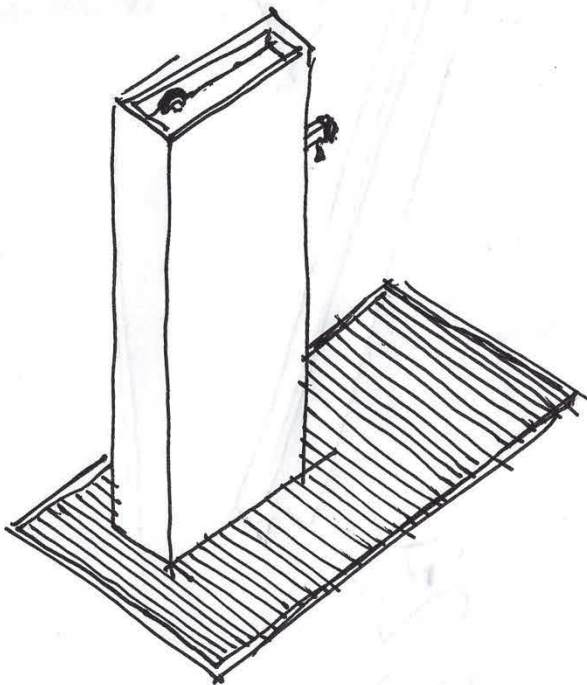


Figura 59 - Esquisso bebedouro

Os açudes pretendiam criar zonas de acumulação de águas no rio, uma vez que o reduzido caudal do rio não nos permitia criar uma relação entre as pessoas e a água, o que constituía um dos nossos principais objectivos.

Definimos que, na zona de Azevedo, onde o rio se dividia em dois, seria possível, unindo os dois braços do rio, criar uma zona de maior dimensão onde as margens se alargavam, sugerindo como que um lago que funcionará como um espelho de água que reflecte a ruína de um moinho existente na margem do rio, de modo a evocar a memória de uma das principais funções que este rio teve no passado – a de gerar a força motriz para a moagem de cereais que, como já referimos, tiveram uma presença importante na alimentação da população. Para a concretização do espelho de água, através da acumulação de água, foi de crucial importância a criação dos açudes, de forma a atingirmos o nível de água necessário.

As pontes, por sua vez, surgiram como forma de atravessar o rio e assim ligar as duas margens do parque seccionadas pela água.

Finalmente, e tendo já chegado ao fim daquilo que seria a proposta dos nossos elementos de pequena escala que pontuam o parque e o percurso e, no geral, de uma estratégia para todo este território, pensamos que o parque é para ser utilizado pelas pessoas e, para isso, temos que o dotar de condições que permitam às pessoas poder usufruí-lo. Surge então a vontade de, através do desenho, propor três peças de mobiliário urbano que consideramos importantes para fazer cumprir efectivamente a função de um parque: a iluminação, para permitir o uso do parque quando escurece; os bancos, para proporcionar momentos de descanso, de diálogo e também de fruição; e, por fim, o bebedouro, porque a água é um dos elementos mais importantes para a existência da vida humana.

Esta proposta, por resumidamente se traduzir na sugestão de um percurso, bem como de alguns elementos de pequena escala, por entre a natureza, surge como necessidade de não perverter o elemento natural, de forma a que a natureza se relacione com a arquitectura, sem que a arquitectura a ela se sobreponha.

3. PROJECTO FINAL

"Se em certa altura
Tivesse voltado para a esquerda em vez de para a direita;
Se em certo momento
Tivesse dito sim em vez de não, ou não em vez de sim;
Se em certa conversa
Tivesse tido as frases que só agora, no meio-sono, elaboro —
Se tudo isso tivesse sido assim,
Seria outro hoje, e talvez o universo inteiro
Seria insensivelmente levado a ser outro também."

Álvaro de Campos

A nossa proposta é o resultado das opções e circunstâncias de quem a projecta, mas, como não poderia deixar de ser, o exercício da arquitectura tem também presentes as condicionantes do próprio terreno, tanto históricas como topográficas e morfológicas, bem como das realidades sócio-económicas do local.

Desta forma, e depois de feita uma cuidada análise dos elementos anteriormente mencionados, começamos a trilhar o caminho daquela que seria a proposta final para este trabalho.

Começamos por definir aqueles que seriam os principais objectivos de intervenção nesta área, que passavam por estabelecer relações entre a envolvente e a área de intervenção, e, no limite, com toda a cidade. Deste modo, sugerimos diversos atravessamentos, percursos, momentos lúdicos, de observação, fruição e descanso, com o objectivo de dar sentido a todas as nossas premissas.

Visto que os casos de estudo que estão presentes neste trabalho efectivamente nos guiaram no caminho a seguir, e pegando no exemplo de La Villette de Bernard Tschumi, que nos influenciou na resposta a dar a esta área de intervenção e às premissas que estabelecemos, definimos que haveria três pontos que poderiam moldar o resultado final deste exercício:

- a "superfície", representada pelos espaços verdes relevados;
- a "linha", traduzida nos percursos e nos muros que nos guiam e consolidam os diferentes níveis do terreno: o nível alto, onde predomina a penumbra e onde temos presente um imenso maciço arbóreo, mas, paradoxalmente, onde se pretendem estabelecer maiores ligações com a paisagem, intenção que é nitidamente demarcada pela torre miradouro que proponho, e o nível mais baixo do terreno, onde o terreno se traduz num espaço aberto, amplamente iluminado e onde as árvores surgem quase como que meros apontamentos e referências e onde se pretende criar uma relação directa e íntima com a água (o rio Tinto).
- o terceiro e último princípio que acreditamos estar reflectido nesta proposta e que vai de encontro aos princípios enunciados por Bernard Tschumi no Parc de La Villette é o "ponto", ou seja, as intervenções que propomos, que pontuam e marcam o percurso, quase como as *follies*, criando referências.

Assim, a nossa proposta pode traduzir-se num percurso que, em conjugação com o rio, une todo o território. Este percurso – em saibro e delimitado por uma guia de aço –, e fazendo uma leitura de Sul para Norte, tem, logo à partida, junto ao rio Douro, duas entradas.



Figura 60 – Muros junto à entrada da Quinta da Revolta



Figura 61 – bifurcação



Figura 62 – Zona de penumbra



Figura 63 – Maquete de estudo da torre



Figura 64 – Maquete de estudo da torre

A primeira entrada, junto à Quinta da Revolta, pode caracterizar-se por dois muros altos (fig. 60) que nos guiam até uma bifurcação (fig. 61) onde podemos decidir qual dos diferentes caminhos queremos seguir.

À direita encontramos um percurso de pendente crescente e dominado pela penumbra (fig. 62) que nos leva ao encontro da Calçada de S. Pedro, que é o caminho que nos liga à zona do Neiral. Chegamos à cota alta (40 metros), encontramos aquela que é a primeira estrutura que propomos para pontuar o percurso e, deste modo, criar também uma referência e um momento lúdico e de fruição. Trata-se de uma torre mirante com cerca de 27 metros de altura. Esta torre é formada por três elementos essenciais: uma lâmina vertical e um paralelepípedo em betão branco que a acompanha, sendo que estas duas peças em conjunto sustentam uma laje que funciona como mirante; o terceiro elemento é uma escada de acesso à cota superior em aço pintado a preto forja e que pretende, pelo material e pela cor utilizados, ser um contraponto ao betão, para que possamos distinguir o que é a estrutura da torre e o que é a estrutura de acesso à torre. A torre conta ainda com um elevador inserido na estrutura paralelepipedica para facilitar o acesso ao topo.

No entanto, se na bifurcação optarmos por seguir pelo caminho da esquerda, encontramos, em termos espaciais, o oposto do anterior. Ou seja, aqui o espaço caracteriza-se por ser plano e aberto, e as árvores surgem como meros apontamentos no percurso e junto ao rio. Depois de caminharmos alguns metros, encontramos aqui, já em plena relação com o rio, três muros de diferentes cotas que, em conjugação com as árvores, delimitam a implantação de um tanque. Estes muros em betão com cofragem de tábuas de madeira pretendem filtrar ou esconder o tanque que vamos encontrar no seu interior, de forma a que quem faça o percurso quase se surpreenda com esse elemento. Relativamente ao tanque, optamos por sugerir um contraponto com os muros através do material a usar. Optamos então por utilizar perpiano de granito bujardado aplicado com junta seca. A opção pelo granito surge também como referência aos muros, igualmente em granito, que guiam todo este rio. Este espaço em concreto surge como sugestão de mais um momento de fruição, ao mesmo tempo que a água do tanque permite que as pessoas possam refrescar-se.

Por sua vez, a segunda entrada do nosso parque, também próxima do rio Douro, localizada no fim da Estrada da Circunvalação e junto à ETAR do Freixo, pretende, em primeiro plano, criar uma ligação à marginal do rio Douro, que nos leva até ao centro histórico do Porto, nomeadamente à Ribeira do Porto. Aqui, começamos por sugerir a plantação de algumas árvores, de forma a criar um primeiro filtro à ETAR e ajudar a clarificar o que é o parque. Propusemos um muro, também em bloco de



Figura 65 – Ruína de antigo moinho a preservar



Figura 66 – Moinho

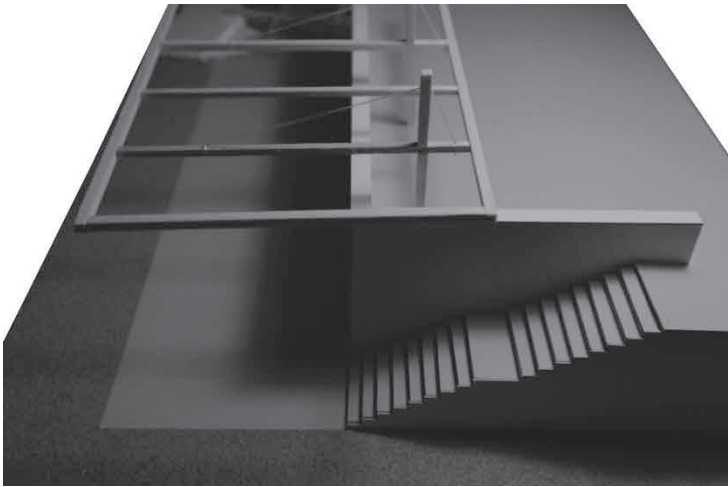


Figura 67 – Maquete de estudo da pérgula

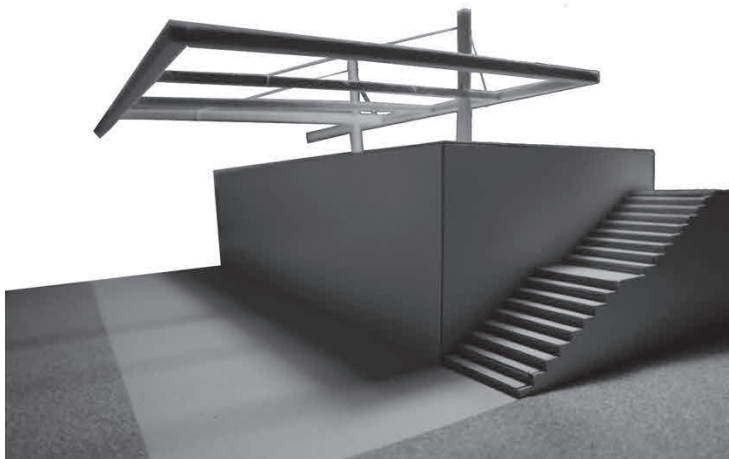


Figura 68 – Maquete de estudo da pérgula

granito bujardado, que ajuda na definição das cotas superior e inferior do parque, ou seja, uma cota superior que nos faz uma recepção e transição entre a rua e o parque, este último já na cota inferior. Além disso, funciona ainda como plataforma de observação tanto do rio como do parque, ao mesmo tempo que alberga um estacionamento para automóveis para quem se dirige de fora da zona circundante ao parque. Aqui, e como forma de fazer a transição entre o muro e a topografia que a ele se encosta, e fazer também uma primeira relação com o elemento água, transversal a todo o projecto, propusemos um tanque onde a contínua queda de água, através do som que produz, cria também ela uma referência, chamando a atenção, através da audição, de quem por lá passa.

Seguindo este caminho, cruzamos então com o percurso que nos guiava da Quinta da Revolta, nomeadamente o que nos trazia para a zona mais ampla e aberta do território, confluindo assim os dois no tanque ladeado por três muros já anteriormente descrito.

Quer seja através da torre – cujo percurso posteriormente se desenvolve descendo até à cota dos 20 metros e percorrendo dois socalcos, prosseguindo até à zona de uma ruína existente, a partir da qual descemos até à cota dos 8 metros – quer seja seguindo o percurso junto ao rio a partir do tanque delimitado por três muros, encontramos outro ponto que marca o percurso, criando outra referência. Trata-se de uma plataforma que alberga repuxos, onde quem visita o parque pode, também aqui, entrar em contacto com a água. Aqui, podem sentar-se junto aos repuxos, contemplando a envolvente ou mesmo a descansar, ou ainda brincar com a água, fugindo dela ou indo ao seu encontro com o intuito de se refrescar.

Continuando a partir daqui o percurso junto ao rio, encontramos a maior alteração que fizemos no rio: a partir da bifurcação das duas linhas de água, cujas margens unimos, promovemos um alargamento do rio. Além de necessitarmos de um ponto onde evidenciássemos claramente a presença do rio, havia também aqui a ruína de um antigo moinho, que sentimos necessidade de preservar de modo a evocar a importância que os moinhos, através da força motriz que geravam a partir da água para a moagem de cereais, tiveram neste território no passado.

Aqui encontramos um outro muro, também em granito bujardado, que pretende definir claramente o que é a cota alta e a cota baixa, fazendo assim uma transição da rua para o parque, ao mesmo tempo que pretende travar o crescimento de uma urbanização que consideramos não corresponder às necessidades e à topografia do local. Além de todas estas intenções, este muro alberga ainda um parque de estacionamento e uma pérgula em aço pintada de preto forja. Esta pretende fazer



Figura 69 – Maquete de estudo do lavadouro



Figura 70 – Núcleo rural a preservar



Figura 71 – Ponte romana de Tiraes

uma transição visual entre a rua e o parque, estabelecendo assim um momento de fruição do parque. Além disso, o muro acolhe também três outras funções: a de posto de transformação de energia, a de arrumos para os materiais inerentes à manutenção de um parque, e ainda as instalações sanitárias públicas, existindo aqui a preocupação de estas poderem ser utilizadas por pessoas com deficiências motoras. Ainda em relação às WC, e no que diz respeito aos materiais utilizados, podemos referir dois que pensamos descreverem de uma forma geral este espaço: o azulejo branco e as divisórias das casas de banho que pretendemos que sejam em aço inox escovado para serem, como em todo o projecto, um contraponto à pedra.

Seguindo o percurso à cota baixa deparamo-nos aqui com um corte no terreno, nomeadamente a rua de Azevedo, que divide o território em dois, impossibilitando assim o seu atravessamento directo à mesma cota. Tivemos então a necessidade de sugerir uma passagem por baixo desta rua, a qual pretendemos que seja quase que uma simetria da abertura existente nesta via para a passagem do rio.

Aqui, à cota alta e ainda muito próximo do muro anteriormente descrito, temos um lavadouro que surge no nosso trabalho pela sugestão do antigo lavadouro já existente neste local, mas que entendemos ser de reduzida qualidade formal e construtiva. Assim, sugerimos um novo lavadouro que surge como um negativo no terreno (como são habitualmente os lavadouros no Porto), delimitado por um muro de contenção em betão com cofragem de tábuas de madeira. Já na cota inferior, no centro deste negativo, temos um tanque em granito que tem como função servir efectivamente como tanque de lavagem de roupas. A água chega até aqui através de um tubo de aço suspenso sobre este negativo e que atravessa o território à superfície desde o muro na diagonal que também propomos.

Entendemos que o lavadouro se enquadrava no tema da água e que, embora actualmente já não seja utilizado pela população, como no passado, para a lavagem das roupas, cumpriria uma função evocativa, proporcionando às pessoas a memória desses tempos.

Assim, percebemos que poderíamos, também aqui, propor uma outra entrada que trouxesse a zona de Azevedo para dentro do parque. Esta entrada, pontuada pelo lavadouro, é marcada também por um muro na diagonal que define este espaço e que, ao mesmo tempo, assegura a transição entre a rua e o parque. Do lavadouro, podemos optar por seguir pela cota alta, tendo uma maior relação visual com a paisagem, ou, descendo uma rampa, pela cota baixa, voltando ao percurso que se desenvolve junto ao rio.

Este percurso passa depois, alguns metros mais à frente, por um núcleo rural situado junto à ponte romana de Tirares, um conjunto que pretendemos preservar. Aqui

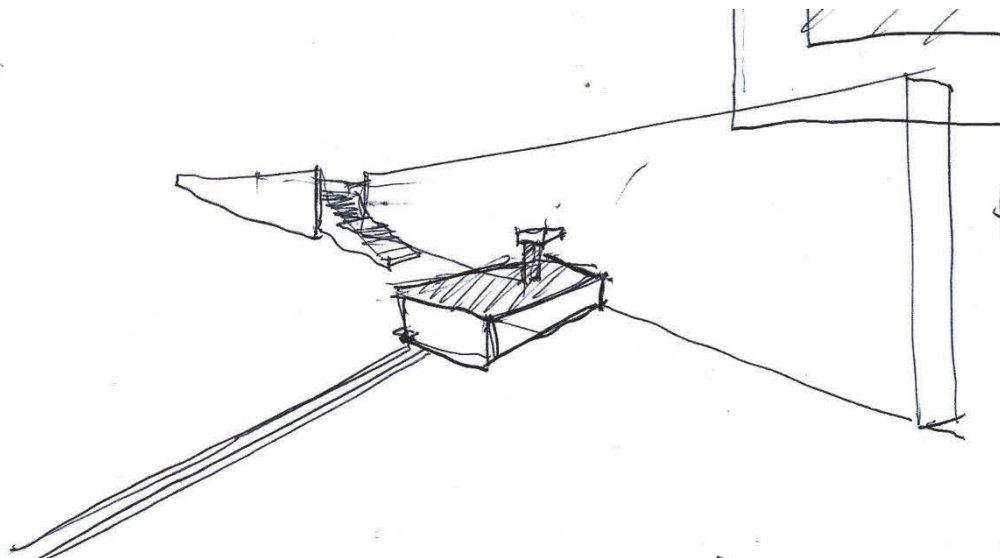


Figura 72 – Esquisso da proposta de ligação ao Parque Oriental da Cidade do Porto

sugerimos apenas algumas alterações na organização do espaço que o envolve, para que permita assim a passagem do percurso pelo seu interior. Decidimos ainda propor a demolição de alguns anexos que, pela sua qualidade formal e construtiva, entendemos que em nada valorizariam o resto do núcleo, mas, pelo contrário, sugeriam uma imagem de precariedade.

Partimos depois, passando por baixo do viaduto correspondente à Avenida Cidade de Léon, para aquele que é o último ponto da nossa intervenção neste território. Depois da análise do pré-existente, definimos que seria aqui que havíamos de sugerir a ligação à parte já concluída do Parque Oriental da Cidade do Porto. Assim, propomos dois elementos diferentes, como é o caso de uma escada em granito que nos leva até à parte superior do terreno, nomeadamente à Avenida, permitindo assim mais uma entrada no parque. No topo desta escada, surge como que um corredor delimitado pelo muro que separa as partes inferior e superior do parque, e um outro muro que sustenta as terras deste terreno que se desenvolve de forma ascendente. Quanto a este último muro, também em granito, pretendemos que seja um enorme banco que permita às pessoas, também aqui, descansar e fruir o parque.

Aproveitando a sugestão dada por uma nascente de água que encontramos aqui na cota alta, propomos, na cota inferior, uma queda de água que é descarregada num tanque em granito que, posteriormente, e devido também à sua proximidade, é descarregado, através de uma guia de granito em "U", directamente no rio.

Ao longo do percurso, inserimos uma série de outras pequenas estruturas, como escadas, pontes e açudes, de modo a conseguirmos resolver alguns dos problemas e necessidades que tínhamos identificado. Implantamos uma série de escadas logo à partida para interligar os diferentes socacos existentes junto à torre. Posteriormente, junto ao percurso do lavadouro, na cota alta, tivemos necessidade de inserir também uma escada que permitisse o acesso ao percurso na cota inferior. Quanto aos açudes, tivemos de recorrer a este elemento como forma de aumentar o caudal do rio Tinto, com o objectivo principal de, na zona de Azevedo, onde propomos o alargamento do rio, termos um espelho de água. Em relação às pontes, recorremos a estas passagens por cima do rio de forma a conseguirmos criar atravessamentos entre as duas margens, sendo uma delas junto à Quinta da Revolta e a outra na zona de Azevedo.

Para finalizar, entendemos que havíamos de dotar todo o parque de mobiliário urbano que proporcionasse as condições necessárias à sua utilização pelas pessoas, como é o caso do banco, formado por dois blocos de granito bujardado, de modo a permitir que as pessoas possam sentar-se. Outro dos elementos é a iluminação, em que optamos por desenhar um candeeiro, através da utilização de tubulares de aço

pintados também eles em preto forja, em sintonia com os outros elementos metálicos que propomos para o parque, como a pérgula, a escada de acesso à torre e as guardas das escadas. Temos ainda o bebedouro, também ele em aço pintado em preto forja.

Assim, e através desta proposta de intervenção, pretendemos configurar uma nova paisagem onde haja convivência e interação entre o natural e o construído, num diálogo entre as formas e a natureza, nomeadamente com a água, o céu e a vegetação.

V. CONCLUSÕES

Um projecto é feito de variadíssimas opções e caminhos a seguir. É invariavelmente o resultado da conjugação de todas as circunstâncias e da envolvimento de quem projecta, bem como de todas as influências que o circundam.

Como afirma Eduardo Souto Moura, “Devem-se ter necessariamente em consideração as circunstâncias reais para poder pensar não só segundo as regras de uma «gramática universal e abstracta», mas também ser capazes de nos envolver no contexto e fazer com que o projecto nasça a partir daquelas circunstâncias precisas”⁶⁷.

Neste projecto, e como nos diz Álvaro Siza Vieira, “a relação entre natureza e construção é decisiva na arquitectura”⁶⁸, e é precisamente esta relação que procuramos com a proposta que apresentamos. Isto porque também entendemos que a natureza é uma componente fundamental no exercício da arquitectura, sendo estes elementos indissociáveis, quanto mais não seja pelo facto de a natureza ser entendida como uma das condicionantes do lugar.

Nesta área de intervenção, a natureza surge como um factor essencial do projecto. Temos presentes, no nosso exercício, os imensos planos verdes, as árvores e o rio. E o que é isto senão uma representação clara da natureza? A nossa proposta surge como uma tentativa de relacionar estes elementos que entendemos estarem desligados na área de intervenção que encontramos. E como forma de procurar interligações entre estes, propomos criar dois elementos essenciais: o percurso que os interliga e atravessa, e as estruturas de pequena escala que implantamos de forma a dinamizar essa ligação, quer seja através de elementos ligados à água, quer seja através de outras intervenções que nos permitem observar e fruir a paisagem.

No entanto, nesta proposta, houve desde sempre uma preocupação de criar uma relação entre aquilo que é natural e aquilo que é construído, de modo que a arquitectura se interligue com a natureza, mas sem que a ela tente sobrepor-se.

O objectivo da arquitectura é organizar o espaço de forma a criar relações que, no seu conjunto, constituam uma ordem. A geometria é, portanto, na arquitectura, a forma de gerar essa ordem, quer nas relações entre as formas, quer entre as formas e o espaço.

⁶⁷ NUFRIO, Anna (2008) – *Eduardo Souto de Moura. Conversas com estudantes*. Barcelona: Gustavo Gili, p. 58

⁶⁸ SIZA, Álvaro (2013) – *Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70, Lda., p. 17

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E REVISTAS:

AMARAL, Rui Manuel; RIBEIRO, Susana (2009) – *Roteiro do Vale de Campanhã*. Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, G.R. (2005) – *A Árvore em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim

CAUQUELIN, Anne (2008) – *A Invenção da Paisagem*. Lisboa: Edições 70, Lda.

DOMINGUES, Álvaro (1994-1995) – *Subúrbios e (sub)urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos* in Revista da Faculdade de Letras: Geografia, 10-11, 1994-1995

ENJUTO, M.^a Rosário del Caz (2001) – *El Agua en el Seno de las Aguas. La ordenación del espacio balneario en el Cantábrico*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial - Universidad de Valladolid

FERREIRA, Susana Barros (2007) – *O Programa POLIS e a Componente Ambiental: Três Abordagens de Integração*. Lisboa: Parque Expo 98

JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan (1995) – *El Paisaje del Hombre: La conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días*. Barcelona: Gustavo Gili

JÚLBEZ, José María Buendía (2003) – “O espírito do lugar” in *Barragán. Obra completa*. Lisboa: Dinalivro

LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gili

LYALL, Sutherland (1979) – *LANDSCAPE. Diseño del espacio público. Parques. Plazas. Jardines*. Barcelona: Gustavo Gili

MARTIN, HERVÉ (1986) – *Guide de l'architecture moderne à Paris, 1900-1990*. Paris: Syros Alternatives

MEIRELES, Miguel Ferreira; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira (1991) – *Campanhã: estudos monográficos*. Porto: Junta de Freguesia de Campanhã

MILLER, E. Lynn (2006) – “Parques: Os Génios da Civilização” in *Parques Urbanos e Metropolitanos*. Porto: Câmara Municipal do Porto

NUFRIO, Anna (2008) – *Eduardo Souto de Moura. Conversas com estudantes*. Barcelona: Gustavo Gili

PACHECO, Hélder (1999) – *O Vale de Campanhã na Memória da Gente*. Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã

RIHA, Michael (2004) – *Parc Andre Citroen, South of Paris, France, Landscape Architects: Giles Clement & Alain Provost*

RISPA, Raul (2003) – *Barragán. Obra completa*. Lisboa: Dinalivro

SIZA, Álvaro (2013) – *Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70, Lda.

SOUSA, Virgínia; PIMENTA, Manuel (2001) – *Urban do Vale de Campanhã – Relatório Final*. Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã

TÁVORA, Fernando (2015) – *Da organização do espaço*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

THOMPSON, Catherine Ward (2006) – “Da Paisagem do Jardim Inglês ao Parque Urbano: Temas Comuns num Mundo em Mudança” in *Parques Urbanos e Metropolitanos*. Porto: Câmara Municipal do Porto

PÁGINAS DE INTERNET:

AD Classics: Parc Andre Citroen / Alain Provost, disponível em <https://www.archdaily.com/112685/ad-classics-parc-andre-citroen-alain-provost>

Área de Reabilitação Urbana Campanhã - Estação – Projecto de Delimitação (2015), disponível em [https://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/quiaticomatico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/Campanhã%20%20ARU_Camapanhã_Estação%20\(rojeto_delimitação\).pdf](https://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/quiaticomatico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/Campanhã%20%20ARU_Camapanhã_Estação%20(rojeto_delimitação).pdf)

Masterplan Estratégico da Zona Oriental do Porto. Relatório Final – Versão Preliminar (2019), disponível em www.cm-porto.pt/assets/misc/documentos/MPE%20Porto%20Oriental_RF%20preliminar.pdf

Rede de Parques Metropolitanos da Área Metropolitana do Porto – Relatório Final (2009), disponível em <http://rios.amp.pt/sitios-amp/static/public/rios/SistemasEstruturantes-FEBROS.pdf>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta esquemática com intenção geral

Figura 2 – Vias rodoviárias que atravessam e limitam a zona de intervenção

Figura 3 – Fotografia do local onde são evidentes os problemas referidos

Figura 4 – Folha 6 da planta da cidade do Porto levantada por Teles Ferreira
Fonte: Arquivo Municipal do Porto

Figura 5 – Vista aérea da Quinta da Revolta
Fonte: *Bing Maps*

Figura 6 – Quinta da Revolta
Fonte: Arquivo Municipal do Porto

Figura 7 – Identificação do rio na área de intervenção

Figura 8 – Delimitação de corredor de ocupação entre o Freixo e o Bairro do Lagarteiro

Figura 9 – Delimitação da área de intervenção

Figura 10 – Identificação (a azul) da via proposta no PDM
Fonte: PDM Câmara Municipal do Porto

Figura 11 – Parques do príncipe Pückler
Fonte: <https://rampages.us/gdtheory/tag/hermann-prince-puckler-muskau/>

Figura 12 – Parques do príncipe Pückler
Fonte: <https://rampages.us/gdtheory/tag/hermann-prince-puckler-muskau/>

Figura 13 – Jardins Suspensos da Babilónia
Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 14 – Casa do Governador de Tebas
Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 15 – Jardim Persa
Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 16 – Casa grega de Priene
Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 17 – Villa de Plínio
Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 18 – Villa de Adriano

Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 19 – Villa de Adriano

Fonte: <http://plantasyjardin.com/2012/05/villa-adriana-jardines-imperiales-de-la-antigua-roma/maqueta-de-la-villa-adriana-in-situ/>

Figura 20 – Mosteiro medieval

Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 21 – Allambra

Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 22 – Pátio dos Leões de Granada

Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 23 – Allambra

Fonte: <https://www.stocksy.com/472858/wonderful-fountain-in-courtyard-of-the-lions-in-alhambra-of-granada>

Figura 24 – Villa Médici

Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 25 – Jardim Belvedere

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Bramante-Cortile-del-Belvedere-Vaticano-1506_fig1_28227920

Figura 26 – Villa d'Este

Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 27 – Jardim do Palácio de Versailles

Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 28 – Villa Lante

Fonte: LAURIE, Michael (1983) – *Introducción a la Arquitectura del paisaje*.
Barcelona: Gustavo Gili

Figura 29 – A água nos jardins do Palácio de Versailles

Fonte: https://fr.wikipedia.org/wiki/Pièce_d'eau_des_Suisses#/media/Fichier:Côteau_de_Versailles_l'orangerie_et_la_pièce_d'eau_des_Suisses.jpg

Figura 30 – Antigo matadouro no Parc de La Villette

Fonte: <http://blog.lefigaro.fr/theatre/2012/03/la-villette-apres-l'article-du>

Figura 31 – Projecto do Parc de La Villette

Fonte: <http://www.tschumi.com/projects/3/>

Figura 32 – *Follie* no Parc de La Villette

Fonte: <https://www.pinterest.de/pin/296745062940647803/>

Figura 33 – Projecto do Parc André Citroën

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/327918416587439056/>

Figura 34 – Parc André Citroën

Fonte: <https://www.cool-cities.com/parc-andre-citroen-1150/>

Figura 35 – Parque Verde do Mondego

Figura 36 – Plano do Parque Verde do Mondego

Fonte: FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele. (2010) – *Territórios Reabilitados, Revamped Landscape*. Casal de Cambra: Caleidoscópio

Figura 37 – Vista aérea da área de intervenção

Figura 38 – Linhas ferroviárias

Figura 39 – Linhas rodoviárias

Figura 40 – Estudo das condicionantes da área de intervenção

Figura 41 – Maquete de estudo da área de intervenção

Figura 42 – Maquete de estudo da área de intervenção

Figura 43 – Esquisso relógio de sol

Figura 44 – Esquisso relógio de sol

Figura 45 – Mancha arbórea

Figura 46 – Esquisso torre

Figura 47 – Esquisso torre

Figura 48 – Núcleo habitacional cujo crescimento pretendemos travar

Fonte: *Bing Maps*

Figura 49 – Fotografia do terreno onde é evidente a presença do muro

Figura 50 – Esquisso pérgula

Figura 51 – Esquisso escada

Figura 52 – Esquisso entrada Quinta da Revolta

Figura 53 – Parque de los Pies Descalzos, Colômbia

Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g297478-d650870-i33020819-Bare_Foot_Park_Parque_de_los_Pies_Descalzos-Medellin_Antioquia_Department.html

Figura 54 – Esquisso tanque do percurso

Figura 55 – Esquisso lavadouro

Figura 56 – Proposta de estruturas a demolir no núcleo rural de Tirares

Figura 57 – Esquisso candeeiro

Figura 58 – Esquisso candeeiro

Figura 59 – Esquisso bebedouro

Figura 60 – Muros junto à entrada da Quinta da Revolta

Figura 61 – Bifurcação

Figura 62 – Zona de penumbra

Figura 63 – Maquete de estudo da torre

Figura 64 – Maquete de estudo da torre

Figura 65 – Ruína de antigo moinho a preservar

Figura 66 – Moinho

Fonte: Arquivo Municipal do Porto

Figura 67 – Maquete de estudo da pérgula

Figura 68 – Maquete de estudo da pérgula

Figura 69 – Maquete de estudo do lavadouro

Figura 70 – Núcleo rural a preservar

Figura 71 – Ponte romana de Tiraes

Figura 72 – Esquisso da proposta de ligação ao Parque Oriental da Cidade do Porto